

COLLECCÃO DAS LEIS

DO

IMPERIO DO BRASIL

DE

1866.

TOMO XXVI. PARTE I.



RIO DE JANEIRO,
TYPOGRAPHIA NACIONAL,

RUA DA GUARDA VELHA.

1866.

INDICE

DA

COLLECCÃO DAS LEIS

DE

1866.

PARTE I.

	Pags.
N. 1258. — Decreto de 20 de Abril de 1866.— Autoriza o Governo a conceder carta de naturalisação de cidadão Brasileiro aos subditos portuguezes Roberto Pinto de Magalhães, e outros.....	1
N. 1258 A. — Decreto de 20 de Abril de 1866.— Sobre os menores, que tem direito ao montepio de Marinha, por serem fi- lhos de Officiaes das diversas classes contribuintes do mesmo montepio....	3
N. 1259. — Decreto de 4 de Maio de 1866.— Autoriza ao Governo a mandar passar carta de naturalisação de cidadão Bra- sileiro aos subditos portuguezes Anto- nio Marques da Silva, e outros.....	3

- N. 4260. — Decreto de 4 de Maio de 1866. —
 Approva a pensão de 500 réis diários
 concedida por Decreto de 28 de Ju-
 nho de 1865 ao Anspeçada reformado
 do 4.º batalhão de artilharia a pé José
 Vicente Ferreira da Costa..... 5
- N. 4261. — Decreto de 4 de Maio de 1866. —
 Autoriza o Governo a mandar matri-
 cular diversos estudantes nas Facul-
 dades de Medicina do ~~Imperio~~, e na
 de Direito de S. Paulo..... 6
- N. 4262. — Decreto de 4 de Maio de 1866. —
 Approva a pensão annual de 400\$000
 concedida em 24 de Dezembro de 1864
 a Gaspar de Siqueira..... 7
- N. 4263. — Decreto de 4 de Maio de 1866. —
 Approva as pensões concedidas a D.
 Rita de Campos Maciel, a Apolinaria
 Felix Dias Serra e a D. Anna José de
 Lamare Lessa Carvalho..... 8
- N. 4264. — Decreto de 4 de Maio de 1866. —
 Approva a pensão annual de 1:200\$
 concedida por Decreto de 7 de Julho
 de 1865 ao Chefe de Divisão Francisco
 Manoel Barrozo..... 9
- N. 4265. — Decreto de 4 de Maio de 1866. —
 Approva a pensão annual de 504\$000
 concedida por Decreto de 18 de Agosto
 de 1865 ao Major reformado do Exer-
 cito Joaquim Corrêa de Faria..... 10
- N. 4266. — Decreto de 4 de Maio de 1866. —
 Approva a pensão de 20\$000 mensaes
 concedida por Decreto de 24 de Junho
 de 1865 a Antonia Maria de S. José,
 viuva de Joaquim Vieira de Araujo. 11
- N. 4267. — Decreto de 4 de Maio de 1866. —
 Approva a pensão annual de 1:200\$
 concedida por Decreto de 13 de Ja-
 neiro do corrente anno a D. Anna
 Luiza de Mello Barreto, viuva do Con-
 selheiro de Estado o Marechal de
 Exercito João Paulo dos Santos Bar-
 reto..... 12
- N. 4268. — Decreto de 4 de Maio de 1866. —
 Approva a pensão de 490 réis diários
 concedida por Decreto de 24 de Junho

	Pags.
de 1865 ao soldado de artífices Miguel Luiz da Purificação.....	43
N. 1269. — Decreto de 4 de Maio de 1866. — Approva a pensão annual de 800\$000 concedida por Decreto de 28 de Fe- vereiro do corrente anno a Bernar- dino Palavicino.....	44
N. 1270. — Decreto de 11 de Maio de 1866. — Autoriza o Governo a mandar passar carta de naturalisação de cidadão Bra- sileiro aos subditos portuguezes Joa- quim Dias Medeiros Junior, e outros.	45
N. 1271. — Decreto de 11 de Maio de 1866. — Approva as pensões concedidas a D. Maria Benta de Athayde, a Amaro José (soldado) e a D. Anna José de La- mare Lessa Carvalho.....	46
N. 1272. — Decreto de 18 de Maio de 1866. — Approva a pensão annual de 1:000\$ concedida por Decreto de 10 de Ja- neiro do corrente anno a D. Carlota Carolina Dias Bellegarde, e a de 800\$ concedida por Decreto de 13 do mesmo mez á Baroneza de Cayrú	47
N. 1273. — Decreto de 18 de Maio de 1866. — Approva as pensões de 720\$ annuaes concedida a D. Virginia Zenande Fer- reira, viuva do Capitão Pedro Affonso Ferreira; de 144\$ annuaes concedida ao Soldado Antonio Francisco da Cu- nha; de 144\$ annuaes, concedida a Manoel de Deus Machado, praça refor- mada do batalhão naval; de 400 réis diarios, concedida ao Soldado José Leandro de Barros; de 500 réis diarios, concedida ao Cabo de Esquadra Hen- rique Telles de Menezes; e de quantia igual á metade do soldo, concedida a Maria Luiza de Oliveira Maciel, viuva do Alferes Candido Patricio Vieira de Oliveira Maciel.....	48
N. 1274. — Decreto de 18 de Maio de 1866. — Dispensa o Bacharel Domingos Gomes Ferreira Velloso de restituir aos co- fres publicos a quantia de 1:000\$, que	

	Pags.
recebeu para auxilio de despesas de viagem	20
N. 1275. — Decreto de 18 de Maio de 1866. — Autoriza o Governo a conceder a D. Josefa Carolina da Veiga, irmã do finado 1.º Tenente da Armada, Evaristo Ferreira da Veiga, o montepio que competiria a sua mãe.....	20
N. 1276. — Decreto de 25 de Maio de 1866. — Autoriza o Governo a mandar matricular diversos estudantes nas Faculdades de Medicina e de Direito, e nas Escolas Centraes e de Marinha do Imperio	21
N. 1277. — Decreto de 25 de Maio de 1866. — Autoriza o Governo a mandar matricular na Faculdade de Direito do Recife o estudante Vicente Pereira do Rego	23
N. 1278. — Decreto de 25 de Maio de 1866. — Approva a aposentadoria concedida por Decreto de 17 de Junho de 1865 a João Antonio de Sepulveda Figueiredo no lugar de preparador do Observatorio Astronomico	24
N. 1279. — Decreto do 1.º de Junho de 1866. — Autoriza o Governo para mandar matricular na Faculdade de Direito do Recife os estudantes José Vicente Meira de Vasconcellos, e Ceciliano Mamede Alves Ferreira	25
N. 1280. — Decreto do 1.º de Junho de 1866. — Autoriza o Governo para mandar matricular diversos estudantes nas Faculdades de Medicina e de Direito, e na Escola de Marinha; e bem assim para mandar conferir o grão de Bacharel em sciencias phisicas e mathematicas a Francisco Soares de Andréa.....	26
N. 1281. — Decreto de 15 de Junho de 1866. — Autoriza o Governo a mandar matricular no primeiro anno da Faculdade de Medicina da Corte o estudante Quintiliano Pacheco Ferreira Lessa.....	27
N. 1282. — Decreto de 15 de Junho de 1866. — Approva os Decretos de 14 de Junho	

	Pags.
de 1865 pelos quaes foi concedida a cada um dos Soldados Ignacio Alves de Carvalho, Antonio Raymundo das Chagas e Francisco Manoel Joaquim da Conceição a pensão de 400 réis diários	28
N. 4283. — Decreto de 15 de Junho de 1866. — Approva as pensões concedidas ao ex-Soldado Jacintho José Ferreira, ao Guarda Nacional Antonio Rodrigues, e ao Soldado Joaquim Dias Collaço...	29
N. 4284. — Decreto de 15 de Junho de 1866. — Autoriza o Governo a conceder carta de naturalisação de cidadão Brasileiro aos subditos allemães Luiz Fernando Wolf, e outros	30
N. 4285. — Decreto de 15 de Junho de 1866. — Approva as pensões concedidas a D. Virginia Thomazia de Azevedo; a D. Maria Ferreira de Oliveira; a D. Aurora Jacintha de Lima; a D. Marcelinda Clara de Mello Carvalho; a D. Maria do Carmo Ferreira; a D. Maria Deolinda de Carvalho Montauray; a D. Antonia Maria dos Santos Garrocho; a D. Delmira do Amor Divino Pinto; e a D. Cordolina Alves Ferreira.....	32
N. 4286. — Decreto de 15 de Junho de 1866. — Autoriza o Governo a aposentar os Empregados da Secretaria e Contadoria, Thesoureiro, Procurador, Escrivão da receita e despeza, Porteiro e Continuos da Camara Municipal da Côte	34
N. 4287. — Decreto de 15 de Junho de 1866. — Designa os collegios em que devem votar os eleitores da parochia de Valença, Provincia do Piahy, e os da parochia do Campestre, Provincia da Bahia, e crêa nesta um collegio eleitoral na Villa de Santo Antonio da Barra.....	35
N. 4288. — Decreto de 15 de Junho de 1866. — Approva as pensões annuaes de 96\$ concedidas aos Imperiaes Marinheiros Manoel Jeronymo da Silveira, e Vi-	

	Pags.
cente Pereira de Souza; e as de 42\$ mensaes concedidas a D. Bernarda Rosa de Jesus Simões e a D. Maria Amalia Marques de Souza.	36
N. 4289. — Decreto de 15 de Junho de 1866. — Approva as pensões concedidas ao 1.º Tenente da Armada Justino José de Macedo Coimbra, ao 2.º Tenente da Armada Manoel Nogueira de Lacerda, ao Guarda Marinha Manoel do Nascimento Castro e Silva; e ao Alferes de commissão do 16.º corpo de Voluntarios da Patria Salvagui Francisco.	37
N. 4290. — Decreto de 15 de Junho de 1866. — Autoriza o Governo a mandar matricular na Escola Central da Côte o estudante Agostinho Luiz da Gama Junior.	38
N. 4291. — Decreto de 15 de Junho de 1866. — Autoriza o Governo a mandar matricular na Escola Central ou Militar da Côte o estudante Francisco Theresio Porto Neto.	39
N. 4292. — Decreto de 15 de Junho de 1866. — Determina que a Lei n.º 4245 de 28 de Junho de 1865, decretada para o exercicio de 1865 — 66, continue em vigor no anno financeiro de 1866—67, enquanto não fôr promulgada a Lei do orçamento deste exercicio.	40
N. 4293. — Decreto de 15 de Junho de 1866. — Concede ao Desembargador Joaquim Firmino Pereira Jorge um anno de licença para tratar de sua saude ...	40
N. 4294. — Decreto de 22 de Junho de 1866. — Crêa um collegio eleitoral na Villa de Santa Anna do Parnahyba, Provincia de Mato Grosso.	41
N. 4295. — Decreto de 22 de Junho de 1866. — Approva a pensão annual de 720\$ concedida á viuva e filhos do 1.º Tenente da Armada Henrique Francisco Martins.	42
N. 4296. — Decreto de 22 de Junho de 1866. — Approva a pensão annual de 600\$ con-	

	cedida ao Padre Francisco Xavier Augusto da França.....	43
N. 1297.	— Decreto de 22 de Junho de 1866.— Autoriza o Governo para mandar passar carta de naturalisação de cidadão Brasileiro ao subdito portuguez Jorge José Moreira, e'outres	44
N. 1298.	— Decreto de 22 de Junho de 1866.— Autoriza o Governo a mandar admittir á exame do quinto anno da Faculdade de Direito do Recife o estudante João Baptista Pinheiro Côrte-Real.	45
N. 1299.	— Decreto de 22 de Junho de 1866.— Autoriza o Governo a mandar matricular no primeiro anno pharmaceutico da Faculdade de Medicina da Côrte o estudante José da Costa Vallim Junior.....	46
N. 1300.	— Decreto de 22 de Junho de 1866.— Autoriza o Governo a mandar matricular na Faculdade de Medicina da Côrte o estudante Norberto de Alvarenga Mafra.....	47
N. 1301.	— Decreto de 22 de Junho de 1866.— Autoriza o Governo a mandar matricular na Faculdade de Medicina da Côrte o estudante Joaquim Fernando de Barros.....	48
N. 1302.	— Decreto de 22 de Junho de 1866.— Autoriza o Governo a mandar matricular na Faculdade de Medicina da Côrte o estudante João Baptista da Conceição	49
N. 1303.	— Decreto de 22 de Junho de 1866.— Autoriza o Governo a mandar matricular na Faculdade de Medicina da Côrte o estudante Theodoro Rodrigo da Silveira	49
N. 1304.	— Decreto de 22 de Junho de 1866.— Approva as pensões concedidas a D. Candida Alves Valença, a D. Vitalina Fernandes Fortes, aos 2. ^{os} Sargentos Laurentino Querubino Ferreira Paes e Rufino Mendes, e ao Anspeçada Agostinho Bezerra	50

	Pags.
N. 4303. — Decreto de 22 de Junho de 1866. — Autoriza o Governo a entrar em ajustes com a Sociedade Montravel Silvero & C. ^a sobre as condições abaixo transcriptas	52
N. 4306. — Decreto de 22 de Junho de 1866. — Approva a aposentadoria concedida a Luiz José da Costa, no lugar de Ajudante do Thesoureiro da Secção de substituição e resgate do papel moeda da Caixa da Amortização	53
N. 4307. — Decreto de 22 de Junho de 1866. — Declara que as filhas dos Officiaes do Exercito e da Armada, embora casadas antes da morte de seus pais, têm direito ao meio soldo ou montepio deixado por elles, não existindo filhas solteiras ou viúvas, nem filhos menores de 18 annos.....	54
N. 4308. — Decreto de 27 de Junho de 1866. — Approva as pensões concedidas a D. Francisca Thomazia de Andrade Maia, e ao Cabo de Esquadra João Baptista Martins	55
N. 4309. — Decreto de 27 de Junho de 1866. — Approva as pensões concedidas a D. Clara Emilia de Drummond Cabrita; ao 2. ^o Cadete 2. ^o Sargento Silvestre Antonio Chaves; a D. Feliciano de Alencastro Pitanga; a D. Delfina Maria de Barros; ao Cabo de Esquadra Luiz Antonio de Lima; a João Francisco de Paula Maia, Pedro Antonio Primeiro, Rufino Gonçalves, Felippe de Moura Rolim, e Justino Alves Bezerra.	56
N. 4310. — Decreto de 27 de Junho de 1866. — Approva a pensão annual concedida á viúva e filhos do Capitão Antonio Fernandes Borges	57
N. 4314. — Decreto de 27 de Junho de 1866. — Approva o Decreto de 22 de Outubro de 1864, que aposentou o Conselheiro Vicente Ferreira da Costa Piragibe, Director Geral da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra.....	58

	Pags
N. 1312. — Decreto de 27 de Junho de 1866.— Autoriza o Governo a conceder oito mezes de licença com vencimentos ao Dr. Antonio José Moreira, 1.º Cirur- gião do Corpo de Saude do Exercito.	59
N. 1313. — Decreto de 6 de Julho de 1866.— Concede um anno de licença ao Dr. Manoel Jansen Ferreira, Juiz de Di- reito na Comarca de Carolina, Pro- vincia do Maranhão	60
N. 1314. — Decreto de 13 de Julho de 1866.— Autoriza o Governo para mandar pas- sar carta de naturalisação de cidadão Brasileiro ao subdito italiano Padre Paschoal La Guardia, e outros.....	61
N. 1315. — Decreto de 13 de Julho de 1866.— Approva a pensão annual de 240\$000 concedida ao Guarda Nacional do ba- tallhão de artilharia da Côte, João Avelino Pereira.....	62
N. 1316. — Decreto de 13 de Julho de 1866.— Autoriza o Governo para conceder ao Padre Francisco Vital da Silva, Viga- rio collado da Freguezia de Nossa Se- nhora do O', da Cidade de S. Miguel, na Provincia das Alagôas, dous annos de licença sem vencimentos, para tra- tar de sua saude onde lhe convier.	63
N. 1317. — Decreto de 13 de Julho de 1866.— Approva as pensões concedidas a D. Rachel Sophia Teixeira de Mariz e Barros, a D. Gertrudes Maria de Mello, e a D. Maria Angelica de Mello....	64
N. 1318. — Decreto de 13 de Julho de 1866.— Autoriza o Governo a conceder um anno de licença ao Inspector da Alfân- dega do Pará José Joaquim da Gama e Silva, ao Chefe da 1.ª secção José Joaquim Rodrigues Martins, e ao Con- ferente da mesma Repartição Felipe Pereira Marinho Falcão e Mello.....	65
N. 1319. — Decreto do 13 de Julho de 1866.— Autoriza o Governo a conceder um anno da licença ao 1.º escripturario da Alfandega do Maranhão Odorico Sena Cardoso.....	66

	Pags.
N. 1320. — Decreto de 13 de Julho de 1866.— Autoriza o Governo a conceder tres annos de licença a Antonio Botelho Pinto de Mesquita Junior, Corretor geral da praça do Recife, Provincia de Pernambuco.....	67
N. 1321. — Decreto de 13 de Julho de 1866.— Autoriza o Governo a conceder um anno de licença ao Chefe de secção da Alfandega da Côrte Bento José Fer- nandes de Barros	68
N. 1322. — Decreto de 13 de Julho de 1866.— Autoriza o Governo para conceder a D. Maria Antonio da Conceição Pinto Leitão, o gozo do montepio de seu finado pai o 4.º Tenente da Armada Antonio Joaquim Pinto	69
N. 1323. — Decreto de 20 de Julho de 1866.— Autoriza o Governo para mandar pas- sar carta de naturalisação de cidadão Brasileiro ao subdito portuguez Ma- noel José Esteves, e outros.....	70
N. 1324. — Decreto de 20 de Julho de 1866.— Dispensa o Capitão Francisco Antonio de Carvalho de embolsar ao Thesouro a quantia de 750\$000, que recebeu quando foi mandado para Mato Grosso.	71
N. 1325. — Decreto de 27 de Julho de 1866.— Autoriza o Governo a conceder carta de naturalisação de cidadão Brasileiro ao subdito portuguez Padre José Leite Mendes de Almeida, e outros.....	72
N. 1326. — Decreto de 27 de Julho de 1866.— Approva a pensão de 42\$000 mensaes concedida a D. Anna Joaquina de Car- valho Pacheco.....	74
N. 1327. — Decreto de 27 de Julho de 1866.— Approva a pensão annual de 720\$000 concedida por Decreto de 4 de Maio deste anno a D. Anna Thereza Vassi- mon, repartidamente com suas filhas solteiras D. Francisca de Vassimon, e D. Guilhermina de Vassimon	75
N. 1328. — Decreto de 10 de Agosto de 1866.— Approva as pensões concedidas a D. Feliciano de Alencastro Pitanga, a D.	

	Maria Francisca da Silva Gomes, a Luiz Antonio da Rocha, e Manoel Athanazio Bispo.....	76
N. 1329.	— Decreto de 17 de Agosto de 1866.— Manda continuar em vigor para a proxima seguinte Legislatura o Decreto n.º 672 de 13 de Setembro de 1852, que marca o subsidio dos Deputados á Assembléa Geral.....	77
N. 1330.	— Lei de 24 de Agosto de 1866.—Concede ao Ministerio da Marinha um credito suplementar, e autoriza o Governo para fazer as necessarias operações de credito.....	78
N. 1331.	— Lei de 24 de Agosto de 1866.—Abre ao Governo um credito extraordinario para despezas do Ministerio da Guerra, e o autoriza para emittir apolices da divida publica do valor de 200\$000.	79
N. 1332.	— Decreto de 24 de Agosto de 1866.— Autoriza o Governo a conceder um anno de licença ao 1.º conferente da Alfandega da Côte Martiniano Severo de Barros.....	81
N. 1333.	— Decreto de 24 de Agosto de 1866.— Autoriza o Governo a conceder carta de naturalisação de cidadão Brasileiro aos subditos portuguezes José Luiz de Souza, e outros.....	82
N. 1334.	— Decreto de 24 de Agosto de 1866.— Approva as pensões concedidas ao Tenente reformado do Exercito Manoel Verissimo da Silva e outros.....	83
N. 1335.	— Decreto de 24 de Agosto de 1866.— Approva a pensão concedida por Decreto de 24 de Setembro de 1863 a D. Maria José de Sá Ferraz, e a sua filha menor.....	85
N. 1336.	— Decreto de 24 de Agosto de 1866.— Approva a pensão de 12\$000 mensaes, concedida ao ex-Imperial Marinheiro José Joaquim Gonçalves.....	86
N. 1337.	— Decreto de 24 de Agosto de 1866.— Approva a pensão de 12\$000 mensaes concedida ao Imperial Marinheiro João Januario da Cunha.....	87

- N. 1338. — Decreto de 24 de Agosto de 1866.—
 Approva a pensão concedida a D. Placida Isás Calderon, filha legitima do finado Brigadeiro D. Bonifacio Isás Calderon, igual ao meio soldo que percebia este Official..... 88
- N. 1339. — Decreto de 24 de Agosto de 1866.—
 Approva as pensões concedidas a D. Emerenciana Arcilia Silveira de Carvalho, a Feliciano José da Cunha, praça da marinhagem da canhoneira *Mearim*; a D. Mathildes Ermelinda Helena Roulino Rabello, e a D. Maria Manoela Mousinho..... 89
- N. 1340. — Decreto de 24 de Agosto de 1866.—
 Autoriza o Governo a subscrever até 4.000 exemplares da — Chorographia historica, chronographica, genealogica, nobiliaria e politica do Imperio do Brasil—, pelo Dr. Mello Moraes. 90
- N. 1341. — Decreto de 24 de Agosto de 1866.—
 Autoriza diversas providencias em favor dos Lentes e Oppositores das Faculdades de Medicina, e dos estudantes das Faculdades do Imperio, e das Escolas Militar, Central e de Marinha que forão ou forem servir na guerra contra o Paraguay..... 91
- N. 1342. — Decreto de 31 de Agosto de 1866.—
 Releva José Lourenço de Brito e Miguel Henrique de Paiva, do pagamento dos juros que devem á Fazenda Publica..... 93
- N. 1343. — Decreto de 31 de Agosto de 1866.—
 Autoriza o Governo a conceder um anno de licença com o respectivo ordenado ao 2.º official da Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, João Pinheiro Guimarães, para tratar de sua saude onde lhe convier.... 94
- N. 1344. — Decreto de 31 de Agosto de 1866.—
 Approva com modificações o contracto celebrado em 22 de Agosto de 1860 entre o Governo Imperial e o Barão de S. Lourenço para a navegação á vapor do curso do rio de S. Francisco

	Pags.
inferior á cachoeira de Paulo Affonso, transferido pelo mesmo Barão á Companhia Bahiana de navegação por vapor.....	95
N. 1345. — Decreto de 31 de Agosto de 1866.— Autoriza o Governo a promover os Officiaes subalternos do quadro do exercito que, tendo marchado para a campanha, não puderão concluir os respectivos estudos.....	97
N. 1346. — Decreto de 6 de Setembro de 1866. — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com todos os vencimentos, ao Amannuense da Secretaria do Imperio, Egydio Gonçalves dos Reis, para tratar de sua saúde onde lhe convier....	98
N. 1347. — Decreto de 6 de Setembro de 1866. — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença ao Dr. José Ignacio Bahia, Administrador da Mesa de Rendas da Provincia da Bahia.....	99
N. 1348. — Decreto de 6 de Setembro de 1866. — Isenta de direitos de importação os objectos destinados á empreza de navegação por vapor no rio Macabú e canal de Campos durante o tempo do privilegio.....	99
N. 1349. — Lei de 12 de Setembro de 1866.— Autoriza o Governo para innovar o accôrdo celebrado com o Banco do Brasil em virtude da Lei n.º 683 de 5 de Julho de 1853, e para modificar as disposições da mesma Lei, e as dos respectivos estatutos.....	400
N. 1350. — Lei de 14 de Setembro de 1866.— Deroga o Juizo Arbitral necessario estabelecido pelo art. 20 titulo unico doCodigo Commercial.....	403
N. 1351. — Decreto de 14 de Setembro de 1866. — Sobre as despesas que nos orçamentos para os futuros exercicios devem ser especificadas em verbas distinctas.....	405
N. 1352. — Lei de 19 de Setembro de 1866.— Abre ao Governo, no exercicio de 1866	

	Pags.
a 1867, um credito extraordinario da quantia de 47.433:486\$000 para despesas dos Ministerios da Marinha e Guerra, e dá outras providencias...	406
N. 1353. — Decreto de 49 de Setembro de 1866. — Isenta de todo e qualquer direito de importação os objectos necessarios á execução dos trabalhos a cargo da Companhia de encanamento das aguas do Ceará.....	408
N. 1354. — Decreto de 49 de Setembro de 1866. — Isenta de todo e qualquer onus pecuniario as pensões concedidas pelo Governo ás familias dos militares, e dos Officiaes e praças da Guarda Nacional, e Voluntarios da Patria, que morrerem na guerra contra o Paraguay.....	409
N. 1355. — Lei de 49 de Setembro de 1866. — Adia para a 1. ^a domingo do mez de Fevereiro do anno proximo futuro a reunião das Assembléas parochiaes, e reduz á trinta os sessenta dias da suspensão do recrutamento antes da eleição primaria.....	410
N. 1356. — Decreto de 49 de Setembro de 1866. Autoriza o Governo a conceder carta de naturalisação de cidadão Brasileiro aos subditos portuguezes Joaquim José de Barros e Silva, e outros.....	411
N. 1357. — Decreto de 49 de Setembro de 1866. — Autoriza o Governo a mandar pagar á filha menor de D. Maria Fraga Martins, viuva do 1. ^o Tenente Henrique Francisco Martins a metade da pensão de 720\$000 que foi concedida a mesma viuva.....	413
N. 1358. — Decreto de 49 de Setembro de 1866. — Approva a pensão de 444\$ annuaes concedida ao Imperial Marinheiro reformado Manoel Ferreira do Nascimento Barata ..	414
N. 1359. — Decreto de 49 de Setembro de 1866. Approva a pensão de 48\$000 mensaes concedida a D. Bernardina Amalia da Silva Doria.....	415

	Pags.
N. 1360. — Decreto de 19 de Setembro de 1866. — Approva a pensão de 720\$000 an- nuaes, concedida a D. Anna Joaquina de Medeiros Albuquerque.....	116
N. 1361. — Decreto de 19 de Setembro de 1866. — Approva a pensão de 400 réis dia- rios concedida ao Soldado do 11.º corpo de Voluntarios da Patria João Emiliano Pereira.....	117
N. 1362. — Decreto de 19 de Setembro de 1866. — Approva a pensão de 600\$000 an- nuaes, concedida a D. Paulina Soares de Souza.....	118
N. 1363. — Decreto de 19 de Setembro de 1866. — Approva a pensão de 1:400\$000 an- nuaes, concedida á Viscondessa do Uruguay.....	119
N. 1364. — Decreto de 19 de Setembro de 1866. — Approva as pensões concedidas ao Alferes reformado do Exercito, João Zeferino de Hollanda Cavalcante, e outros.....	120
N. 1365. — Decreto de 19 de Setembro de 1866. — Approva a pensão de 30\$000 men- saes, concedida a D. Eugenia Mathilde de Oliveira.....	121
N. 1366. — Decreto de 19 de Setembro de 1866. — Approva a pensão de 120\$000 men- saes, concedida a D. Carolina Gon- çalves Vargas.....	122
N. 1367. — Decreto de 19 de Setembro de 1866. — Considera válidos, para a matri- cula em qualquer dos cursos de ins- trução superior desta Córte, os exa- mes feitos pelo estudante Rodolpho Sergio Ferreira nas aulas preparato- rias annexas á Faculdade de Direito do Recife.....	123
N. 1368. — Decreto de 26 de Setembro de 1866. Autoriza o Governo a conceder carta de naturalisação de cidadãos Brasi- leiros aos subditos portuguezes Padre João Baptista Teixeira Monteiro, e ou- tros.....	124

	Pags.
N. 1369. — Decreto de 26 de Setembro de 1866. — Autoriza o Governo para conceder aposentadoria a Guilherme Thomp- son Viegas Tourinho Rangel, Inspector dos alumnos no externato do Imper- rial Collegio de Pedro II	125
N. 1370. — Decreto de 26 de Setembro de 1866. Approva a pensão de 48\$000 mensaes concedida a D. Maria Quiteria Ferreira Guerra	126
N. 1371. — Decreto de 26 de Setembro de 1866. — Approva a pensão concedida ao Ca- pitão de Voluntarios da Patria Fer- nando Schneider	127
N. 1372. — Decreto de 26 de Setembro de 1866. — Approva a pensão concedida ao Sol- dado do 42.º batalhão de infantaria do Exercito, Maximiano Rodrigues Nery	128
N. 1373. — Decreto de 26 de Setembro de 1866. — Approva a pensão concedida a D. Anna Mathilde das Chagas Oliveira, viuva do Conselheiro de Estado Can- dido Baptista de Oliveira	129
N. 1374. — Decreto de 26 de Setembro de 1866. — Approva as pensões concedidas a D. Maria Amalia Ferreira, e outras.	130
N. 1375. — Decreto de 26 de Setembro de 1866. — Approva as pensões concedidas a D. Umbelina Leopoldina de Mello e Albuquerque, e outros	131
N. 1376. — Decreto de 26 de Setembro de 1866. — Approva as pensões concedidas a D. Maria Carlota de Andrade Neves, e a Maria e Julio, filhos legitimados do Capitão Julio Cesar Pereira de Car- valho	132
N. 1377. — Decreto de 26 de Setembro de 1866. — Approva a pensão de 800\$ annuaes concedida a Bernardino Gustavino ..	133
N. 1378. — Decreto de 26 de Setembro de 1866. — Approva as pensões de 42\$ mensaes concedidas aos Imperiaes Marinheiros Manoel Garcia e Manoel Athanazio de Souza	134

	Pags.
N. 1379. — Decreto de 26 de Setembro de 1866. — Approva a pensão de 36\$000 mensa- es concedida a João Cesimbra Jac- ques, Honorina Ambrosina Cesimbra Jacques e Salustiano Cesimbra Jac- ques.....	135
N. 1380. — Decreto de 26 de Setembro de 1866. — Approva a pensão concedida a D. Maria Carlota de Jesus Fonseca.....	136



COLLECCÃO DAS LEIS

DE

1866.

DECRETO N. 1238—DE 20 DE ABRIL DE 1866.

Autoriza o Governo a conceder Carta de naturalisação de Cidadão Brasileiro aos subditos Portuguezes Roberto Pinto de Magalhães, e outros.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral Legislativa.

Art. 1.º O Governo fica autorizado a conceder Carta de naturalisação de Cidadão Brasileiro aos subditos Portuguezes Roberto Pinto de Magalhães, Manoel Alexandre da Fonseca, Manoel Martins dos Santos, e Simeão da Cunha Broxado, residentes na Província de S. Pedro do Sul; Urbano Augusto da Silva Macedo, Hilario Pereira Magno, e Henrique Herculano da Guerra Leal, residentes na Província de S. Paulo; Manoel Baptista da Fonseca, Francisco Luiz Fernandes Rocha, Pedro Antonio Barbudo, José Alves de Pinho Portella, Manoel Pinto Soares, Pedro Antonio Cabral, e Domingos José Gonçalves, residentes na Província do Rio de Janeiro; Joaquim

da Cunha, Antonio Serafico de Souza Porto, José Vasques dos Santos, e Diogo Gonçalves de Medeiros, residentes na Provincia de Minas Geraes; Agostinho Pinto da Cunha, e Manoel Joaquim Coelho, residentes na Provincia da Bahia; Antonio Pinto da Silva Coelho, residente na Provincia das Alagoas; Joaquim José Domingues Lima, residente na Provincia do Maranhão; Domingos de Souza Ribeiro, residente nesta Côrte; Bernardino Marques da Cunha Bastos, alumno da Escola Central; Antonio Luiz Fernandes, voluntario da Patria; e Manoel Ferreira Alves, mestre do vapor de guerra *Amazonas*; ao subdito Inglez James Pinto, residente na Provincia do Rio de Janeiro; aos subditos Allemães Barão d'Obirn-Alfredo, director de colonia no Mucury; Christiano Henrique Alberto Muller e Guilherme Carlos Oppell, residentes na Provincia de S. Paulo.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte de Abril de mil oitocentos sessenta e seis, quadragesimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

Sellado na Chancellaria do Imperio em 2 de Maio de 1866.—O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 3 de Maio de 1866.—*José Vicente Jorge*, servindo de Director Geral.

DECRETO N. 1258 A — DE 20 DE ABRIL DE 1866.

Sobre os menores, que tem direito ao montepio de Marinha, por serem filhos de Officiaes das diversas classes, contribuintes do mesmo montepio.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º Os menores de dezoito annos, filhos dos Officiaes das diversas classes, contribuintes do montepio de Marinha, tem direito ao mesmo montepio, na falta de filhas solteiras, ou viúvas, e sómente até aquella idade, sem sobrevivencia de uns para os outros.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Francisco de Paula da Silveira Lobo, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, o tenha assim entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte de Abril de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco de Paula da Silveira Lobo.

DECRETO N. 1259 — DE 4 DE MAIO DE 1866.

Autoriza o Governo a mandar passar Carta de naturalisação de Cidadão Brasileiro aos subditos Portuguezes Antonio Marques da Silva, e outros.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º Fica o Governo autorizado para mandar passar Carta de naturalisação de Cidadão Brasileiro aos subditos Portuguezes Antonio Marques da Silva,

e Manoel dos Santos Martins Romano, residentes na Provincia do Rio Grande do Norte; Antonio Pedro da Silva, Joaquim Marinho Bastos, Seraphim Antonio de Paiva Pereira, Victorino Moreira Coelho, na de Minas Geraes; Francisco José Cardoso, João Henriques Ferreira, José Ribeiro da Silva Pirajá, João Carlos Ameno, Manoel José Rodrigues, Manoel Henriques Ferreira e Manoel Ferreira Dias dos Santos, na da Bahia; Manoel da Penha Braga e Manoel Fernandes Lima, na do Espirito Santo; José Joaquim da Costa Ferreira, José Jacintho da Rocha Lima, Joaquim Pedro de Paiva, machinista da Armada Imperial; José Corrêa dos Santos, Piloto da Armada Imperial; Manoel de Souza Neves, operario do Arsenal, e José Antonio Figueira, residente na Provincia de S. Paulo; aos subditos Italianos Fernando Scotti, Guisepph Vazzinelli, na de Minas Geraes; e Miguel Rignata, na da Bahia; ao subdito Bavaro Francisco Xavier Rozemburg, na de Minas Geraes; e ao subdito Prussiano Reinaldo von Kruger, na do Espirito Santo.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatro de Maio de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.

José Thomaz Nabuco de Araújo.

Sellado na Chancellaria do Imperio em 8 de Maio de 1866.—O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 8 de Maio de 1866.—*José Vicente Jorge*, servindo de Director Geral.

DECRETO N. 4260 — DE 4 DE MAIO DE 1866.

Approva a pensão de 500 réis diários concedida por Decreto de 28 de Junho de 1865 ao anseçada reformado do 4.º batalhão de artilharia a pé José Vicente Ferreira da Costa.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral Legislativa:

Art. 1.º Fica approvada a pensão de quinhentos réis diários concedida por Decreto de 28 de Junho de 1865 ao anseçada reformado do 4.º batalhão de artilharia a pé, José Vicente Ferreira da Costa, que perdeu o braço direito na salva dada no dia 10 de Novembro do anno passado na Capital da Provincia de Pernambuco.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatro de Maio de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.

José Thomaz Nabuco de Aranjó.

Sellado na Chancellaria do Imperio em 8 de Maio de 1866.—O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 8 de Maio de 1866.—*José Vicente Jorge*, servindo de Director Geral.

DECRETO N. 4264 — DE 4 DE MAIO DE 1866.

Autoriza o Governo a mandar matricular diversos estudantes nas Faculdades de Medicina do Imperio, e na de Direito de S. Paulo.

Hei por bem Sancceionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º Fica o Governo autorizado para mandar matricular no 1.º anno de qualquer das Faculdades de Medicina do Imperio os estudantes Luiz Antonio da Fonseca Vasconcellos, Jorge Rodrigues Moreira da Cunha, Francisco Ferraz de Macedo, e no 2.º sem prejuizo de tempo, o estudante Bernardo Teixeira de Carvalho Junior; no 1.º anno da Faculdade de Medicina da Côrte os estudantes José Martins de Carvalho Mourão, Horacio Leal de Carvalho Reis, Emilio Machado Pereira, e Luiz Paulino Soares de Souza; no 1.º anno pharmaceutico da mesma Faculdade o estudante João Adolpho Gurgel do Amaral; no 1.º anno da Faculdade de Direito de S. Paulo o estudante Alfredo Carneiro Brandão, e no 2.º o estudante Ingenio Leoncio do Nascimento Moura.

Art. 2.º Os mesmos estudantes, antes do acto, deverão mostrar-se habilitados em todas as materias exigidas pelos respectivos estatutos, cujos exames deixarão de fazer.

O Governo levará em conta ao estudante José Martins de Carvalho Mourão os exames de arithmetica, geometria, historia e geographia, feitos na Faculdade de Direito de S. Paulo.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatro de Maio de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

Sellado na Chancellaria do Imperio em 9 de Maio de 1866.—O Director geral interino, *José da Cunha Barboza*.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 9 de Maio de 1866.—*José Vicente Jorge*, servindo de Director Geral.

DECRETO N. 1262—DE 4 DE MAIO DE 1866.

Approva a pensão annual de 400\$000 concedida em 21 de Dezembro de 1864 a Gaspar de Siqueira.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º Fica approvada a pensão annual de quatrocentos mil réis concedida por Decreto de 21 de Dezembro de 1864 a Gaspar de Siqueira, mestre de apparelho e velame do Arsenal de Marinha da Provincia do Pará, como remuneração de serviços, por achar-se o agraciado impossibilitado de continuar no exercicio daquelle emprego em consequencia das molestias que soffre.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatro de Maio de mil oitocentos sessenta e seis, quadragesimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

Sellado na Chancellaria do Imperio em 8 de Maio de 1866.—O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 8 de Maio de 1866.—*José Vicente Jorge*, servindo de Director Geral.

DECRETO N. 1263 — DE 4 DE MAIO DE 1866.

Approva as pensões concedidas a D. Rita de Campos Maciel, a Apolinaria Felix Dias Serra e a D. Anna José de Lamare Lessa Carvalho.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º Fica approvada a pensão annual de quinhentos e quatro mil réis concedida por Decreto de 10 de Janeiro do corrente anno a D. Rita de Campos Maciel, mãe do Tenente Antonio João Ribeiro, morto em combate; e de trezentos e sessenta mil réis concedida por Decreto de igual data a Apolinaria Felix Dias Serra, viuva do Guardião Manoel Maria Segundo, morto em combate, e a de trinta mil réis mensaes concedida por Decreto de 13 de Janeiro do mesmo anno a D. Anna José de Lamare Lessa Carvalho, viuva do Tenente Antonio Pacheco de Carvalho, morto em combate.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas desde a data dos respectivos Decretos.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatro de Maio de mil oitocentos sessenta e seis, quadragesimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.

José Thomaz Nabuco de Araújo.

Sellado na Chancellaria do Imperio em 8 de Maio de 1866. — O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*. — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 8 de Maio de 1866. — *José Vicente Jorge*, servindo de Director Geral.

DECRETO N. 4264 — DE 4 DE MAIO DE 1866.

Approva a pensão annual de 1:200\$000 concedida por Decreto de 7 de Julho de 1865 ao Chefe de Divisão Francisco Manoel Barroso.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º Fica approvada a pensão annual de um conto e duzentos mil réis concedida por Decreto de 7 de Julho de 1865 ao Chefe de Divisão Francisco Manoel Barroso.

Art. 2.º Esta pensão será paga desde a data da concessão.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatro de Maio de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

Sellado na Chancellaria do Imperio em 8 de Maio de 1866. — O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*. — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 8 de Maio de 1866. — *José Vicente Jorge*, servindo de Director Geral.



DECRETO N. 1265 — DE 4 DE MAIO DE 1866.

Approva a pensão annual de 304\$006 concedida por Decreto de 18 de Agosto de 1863 ao Major reformado do Exercito Joaquim Corrêa de Faria.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a pensão annual de quinhentos e quatro mil réis concedida por Decreto de 18 de Agosto 1863 ao Major reformado do Exercito Joaquim Corrêa de Faria, em attenção aos relevantes serviços por elle prestados.

Art. 2.º Esta pensão será paga desde a data da concessão.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatro de Maio de mil oitocentos sessenta e seis, quadregesimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

Sellado na Chancellaria do Imperio em 8 de Maio de 1866.— O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 8 de Maio de 1866.— *José Vicente Jorge*, servindo de Director Geral.

DECRETO N. 1266 — DE 4 DE MAIO DE 1866.

Approva a pensão de vinte mil réis mensaes concedida por Decreto de 21 de Junho de 1865 a Antonia Maria de S. José, viuva de Joaquim Vieira de Araujo.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º Fica approvada apensão de vinte mil réis mensaes concedida por Decreto de 21 de Junho de 1865, a Antonia Maria de S. José, viuva de Joaquim Vieira de Araujo, com sobrevivencia dos sete filhos menores que tem, de nomes Manoel, José, Antonio, Alexandrina, Maria, Firmina e Clarinda, vencendo os do sexo masculino até a idade de 21 annos, e as do sexo feminino até que se casem.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatro de Maio de mil oitocentos sessenta e seis, quadragesimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

Sellado na Chancellaria do Imperio em 8 de Maio de 1866.—O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 8 de Maio de 1866.—*José Vicente Jorge*, servindo de Director Geral.

DECRETO N. 1267 — DE 4 DE MAIO DE 1866.

Approva a pensão annual de 1:200\$000 concedida por Decreto de 13 de Janeiro do corrente anno a D. Anna Luiza de Mello Barreto, viuva do Conselheiro de Estado o Marechal de Exercito João Paulo dos Santos Barreto.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º Fica approvada a pensão annual de um conto e duzentos mil réis concedida por Decreto de 13 de Janeiro do corrente anno a D. Anna Luiza de Mello Barreto, viuva do Conselheiro de Estado e Marechal de Exercito João Paulo dos Santos Barreto.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatro de Maio de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.


Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.

José Thomaz Nabuco de Araújo.

Sellado na Chancellaria do Imperio em 8 de Maio de 1866.—O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 8 de Maio de 1866.—*José Vicente Jorge*, servindo de Director Geral.



DECRETO N. 1268 — DE 4 DE MAIO DE 1866.

Approva a pensão de 490 réis diários concedida por Decreto de 21 de Junho de 1865 ao soldado de artífices Miguel Luiz da Purificação.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º Fica approvada a pensão de quatrocentos e noventa réis diários concedida por Decreto de 21 de Junho de 1865 ao soldado de artífices Miguel Luiz da Purificação, que perdeu o braço direito por occasião de uma salva dada no dia 2 de Julho do anno findo na Capital da Provincia de Pernambuco.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatro de Maio de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

Sellado na Chancellaria do Imperio em 8 de Maio de 1866.— O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 8 de Maio de 1866.— *José Vicente Jorge*, servindo de Director Geral.



DECRETO N. 1269 — DE 4 DE MAIO DE 1866.

Approva a pensão annual de 800\$000 concedida por Decreto de 28 de Fevereiro do corrente anno a Bernardino Palavicino.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º Fica approvada a pensão annual de oitocentos mil réis concedida por Decreto de 28 de Fevereiro do corrente anno a Bernardino Palavicino, em remuneração dos serviços que prestou ao Imperio na qualidade de Prático do vapor *Amazonas*.

Art. 2.º Esta pensão será paga desde a data da concessão.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatro de Maio de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.


Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador

Marquez de Olinda.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

Sellado na Chancellaria do Imperio em 8 de Maio de 1866.— O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 8 de Maio de 1866.— *José Vicente Jorge*, servindo de Director Geral.



DECRETO N. 1270 — DE 11 DE MAIO DE 1866.

Autoriza o Governo a mandar passar carta de naturalização de Cidadão Brasileiro aos subditos Portuguezes Joaquim Dias Medeiros Junior, e outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º Fica o Governo autorizado para mandar passar carta de naturalização de Cidadão Brasileiro aos subditos Portuguezes Joaquim Dias Medeiros Junior, José Porfírio da Costa, Manoel Antonio da Silva Caboverde, João Nepomuceno Machado, Francisco Coelho, Antonio Luiz dos Santos, Manoel Antonio da Silva Amorim, Padre José Xavier Carneiro, Virginio Lucio de Mattos, José Francisco da Costa Ferreira, Antonio Rodrigues, João Maria das Neves, e Jorge Antonio Ferreira, residentes na Provincia do Rio Grande do Sul; Augusto José de Freitas Caldas, Adelino Lopes de Barros, e Padre Francisco Ignacio de Christo, residentes na Provincia do Rio de Janeiro; João Francisco Nunes, na da Bahia; André de Castro Reis, na do Maranhão; Francisco Ribeiro Barros, na de Pernambuco; Francisco José da Rocha Lima, e Antonio Pinto do Ancede, nesta Côrte; José da Cunha Peixoto Leal, na de Minas Geraes, e Antonio Tavares Benevente; ao subdito Italiano Ricardo Vescolly, nesta mesma Provincia, e aos subditos Norte-Americanos Padre Ballard Smith Dann, William Brivin, Tranckell Mullan, Charles G. Gunter, e Peter M. Eachin.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em onze de Maio de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

Sellado na Chancellaria do Imperio em 12 de Maio de 1866.— O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 14 de Maio de 1866.— *José Vicente Jorge*, servindo de Director Geral.

DECRETO N. 1274 — DE 11 DE MAIO DE 1866.

Approva as pensões concedidas a D. Maria Benta de Athayde, a Amaro José (soldado) e a D. Anna José de Lamare Lessa Carvalho.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º Fica approvada a pensão annual de quinhentos e quatro mil réis concedida por Decreto de 7 de Outubro de 1865 a D. Maria Benta de Athayde, viuva do Tenente da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul, Israel da Silva Moraes, morto em combate; a de quatrocentos réis diarios concedida por Decreto de 11 de Novembro do mesmo anno ao soldado do 3.º batalhão de infantaria Amaro José, ferido em combate; e a de quarenta e dous mil réis mensaes concedida por Decreto de 17 de Fevereiro do corrente anno a D. Anna José de Lamare Lessa Carvalho, viuva do Tenente do Corpo Policial da Provincia do Rio de Janeiro, Antonio Pacheco de Carvalho, morto em combate, ficando assim elevada a de trinta e cinco mil réis que lhe fôra dada por Decreto de 13 de Janeiro do mesmo anno.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas desde a data das respectivas concessões.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios

do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em onze de Maio de mil oitocentos sessenta e seis, quadragesimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

Sellado na Chancellaria do Imperio em 12 de Maio de 1866.— O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 14 de Maio de 1866.— *José Vicente Jorge*, servindo de Director Geral.

DECRETO N. 1272 — DE 18 DE MAIO DE 1866.

Approva a pensão annual de 1:000\$000 concedida por Decreto de 10 de Janeiro do corrente anno a D. Carlota Carolina Dias Bellegarde, e a de 800\$000 concedida por Decreto de 13 do mesmo mez á Baroneza de Cayrú.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral.

Art. 1.º Fica approvada a pensão de um conto de réis annuaes concedida por Decreto de dez de Janeiro do corrente anno a D. Carlota Carolina Dias Bellegarde, viuva do Marechal de Campo Pedro de Alcantara Bellegarde, com sobrevivencia da metade della para sua filha D. Candida Carolina Dias Bellegarde, e a de oitocentos mil réis tambem annuaes, concedida por Decreto de treze do mesmo mez á Baroneza de Cayrú, viuva do Barão do mesmo titulo, com sobrevivencia da metade della para sua filha D. Maria José da Silva Lisboa.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio. assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezoito de Maio de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.

José Thomaz Nabuco de Araújo.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 22 de Maio de 1866.—O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 25 de Maio de 1866.—*Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 1273 — DE 18 DE MAIO DE 1866.

Approva as pensões de 720\$000 annuaes, concedida a D. Virginia Zenande Ferreira, viuva do Capitão Pedro Affonso Ferreira; de 144\$000 annuaes, concedida ao Soldado Antonio Francisco da Cunha; de 144\$000 annuaes, concedida a Manoel de Deus Machado, praça reformada do batalhão naval; de 400 rs. diarios, concedida ao Soldado José Leandro de Barros; de 300 rs. diarios, concedida ao Cabo de Esquadra Henrique Telles de Menezes; e de quantia igual á metade do soldo, concedida a Maria Luiza de Oliveira Maciel, viuva do Alferes Candido Patrio Vieira de Oliveira Maciel.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica approvada a pensão annual de setecentos e vinte mil réis concedida por Decreto de 10 de Janeiro do corrente anno a D. Virginia Zenande Ferreira, viuva do Capitão Pedro Affonso Ferreira.

morto em combate, sem prejuizo do meio soldo que por Lei lhe compete; a de cento quarenta e quatro mil réis, tambem annual, concedida por Decreto de 21 de Fevereiro do mesmo anno, ao Soldado reformado do batalhão naval Antonio Francisco da Cunha, ferido em combate; a de cento quarenta e quatro mil réis, e igualmente annual, concedida por Decreto de 16 de Março do mesmo anno a Manoel de Deus Machado, praça reformada do batalhão naval, ferido em combate; a de quatrocentos réis diarios, concedida por Decreto de 10 de Fevereiro do mesmo anno, ao Soldado do 9.º batalhão de infantaria José Leandro de Barros, ferido em combate; a de quinhentos réis, tambem diarios, concedida por Decreto de 21 do mesmo mez ao Cabo de Esquadra do 6.º batalhão de infantaria Henrique Telles de Menezes, ferido em combate, e a de quantia igual á metade do soldo, concedida por Decreto de 30 de Outubro de 1865 a Maria Luiza de Oliveira Maciel, viuva do Alferes Candido Patricio Vieira de Oliveira Maciel, morto em combate, sem prejuizo do que por Lei lhe compete.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas desde a data dos respectivos Decretos.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezoito de Maio de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 22 de Maio de 1866.—O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 23 de Maio de 1866.—*Fausto Augusto de Aguiar*.

DECRETO N. 1274 — DE 18 DE MAIO DE 1866.

Dispensa o Bacharel Domingos Gomes Ferreira Velloso de restituir aos cofres publicos a quantia de um conto de réis, que recebeu para auxilio de despesas de viagem.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º O Bacharel Domingos Gomes Ferreira Velloso fica dispensado de restituir aos cofres publicos a quantia de um conto de réis que em mil oitocentos quarenta e nove recebeu como Juiz Municipal e de Orphãos do Termo do Pilão Arcado, na Provincia da Bahia, para auxilio das despesas de viagem, que nessa qualidade teve de fazer.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Senador José Thomaz Nabuco de Araujo, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assina o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezoito de Maio de mil oitocentos sessenta e seis, quadragesimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

DECRETO N. 1275 — DE 18 DE MAIO DE 1866.

Autoriza o Governo a conceder a D. Josefa Carolina da Veiga, irmã do finado 1.º Tenente da Armada, Evaristo Ferreirada Veiga, o montepio, que competiria a sua mãe.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral.

Artigo unico. Fica o Governo autorizado para conceder a D. Josefa Carolina da Veiga, irmã legitima e unica solteira do finado 1.º Tenente da Armada

Evaristó Ferreira da Veiga, o montepio, que competiria a sua mãe, se não houvesse fallecido antes de o perceber, devendo porém a agraciada provar falta de meios de subsistencia, e habilitar-se, na forma da legislação em vigor, não obstante a disposição do art. 8.º do plano do montepio da Armada, que fica dispensado em relação á mesma agraciada; revogadas as disposições em contrario.

Francisco de Paula da Silveira Lobo, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, o tenha assim entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em dezoito de Maio de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco de Paula da Silveira Lobo.

DECRETO N. 4276 — DE 23 DE MAIO DE 1866.

Autoriza o Governo a mandar matricular diversos estudantes nas Faculdades de Medicina e de Direito, e nas Escolas Central e de Marinha do Imperio.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica o Governo autorizado para mandar matricular no 4.º anno da Faculdade de Medicina da Côrte os estudantes Manoel de Assis Vieira Bueno, Antonio Policarpo de Meirelles Enout, Manoel Alves da Silva e Sá, Felipe Frederico Meyer, José Verissimo dos Santos, João do Nascimento Guedes Junior, Antonio de Sá Fortes, Antonio de Mello Muniz Maya, Manoel das Chagas Andrade, e o Pharmaceutico João José dos Santos Ferreira; no 4.º anno de Pharmacia da mesma Faculdade os estudantes Felipe Basilio Cardoso Pires, José Francisco Bittencourt e José Alexandrino Leal da Gama; no 1.º anno de qualquer das Faculdades do Imperio o es-

tudante Raymundo Mendes Martins; no 2.º anno de qualquer das Faculdades de Direito do Imperio o estudante José Joaquim de Oliveira; no 2.º anno da de Medicina da Bahia o estudante Antonio Garcia Rosa; no 2.º anno da Escola Central o estudante Augusto da Silva Fontes; e na Escola de Marinha, como alumno interno o estudante Aureliano Anolino de Oliveira Tavares.

Art. 2.º Nenhum dos mencionados estudantes será admittido a fazer acto sem que mostre achar-se habilitado em todas as materias exigidas pelos respectivos Estatutos, cujos exames não tenham feito.

O Governo levará em conta ao Pharmaceutico João José dos Santos Ferreira os exames de philosophia e algebra, por elle já prestados, ao estudante José Alexandrino Leal da Gama o de francez, feito na Academia de Marinha, ao estudante Antonio Garcia Rosa as materias do 4.º anno pharmaceutico, em que se acha matriculado, e ao estudante Raymundo Mendes Martins os exames feitos na Faculdade de Medicina da Bahia.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e cinco de Maio de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.

José Thomaz Nabuco de Araújo.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 29 de Maio de 1866.—O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em o 4.º de Junho de 1866.—*Fausto Augusto de Aguiar*.

DECRETO N. 4277 — DE 25 DE MAIO DE 1866.

Autoriza o Governo a mandar matricular na Faculdade de Direito do Recife o estudante Vicente Pereira do Rego.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral.

Artigo unico. Fica o Governo autorizado a mandar admittir á matricula do 4.º anno da Faculdade de Direito do Recife o estudante Vicente Pereira do Rego, dispensando-lhe o tempo que falta para completar a idade exigida pelos Estatutos; revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e cinco de Maio de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 29 de Maio de 1866.— O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em o 4.º de Junho de 1866.— *Pausto Augusto de Aguiar*.



DECRETO N. 1278—DE 25 DE MAIO DE 1866.

Approva a aposentadoria concedida por Decreto de 17 de Junho de 1865 a João Antonio de Sepulveda Figueiredo no lugar de preparador do Observatorio Astronomico.

Hei por bem Sancionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral.

Artigo 1.º Fica approvada a aposentadoria concedida por Decreto de 17 de Junho de 1865 a João Antonio de Sepulveda Figueiredo no lugar de preparador do Observatorio Astronomico.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Angelo Moniz da Silva Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em vinte cinco de Maio de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Angelo Moniz da Silva Ferraz.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 30 de Maio de 1866. — O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.—Registrado.

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra em 12 de Junho de 1866.— *Marianno Carlos de Souza Corrêa*.



DECRETO N. 1279—DO 1.^o DE JUNHO DE 1866.

Autoriza o Governo para mandar matricular na Faculdade de Direito do Recife os estudantes José Vicente Meira de Vasconcellos, e Ceciliano Mamede Alves Ferreira.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral.

Artigo unico. Fica o Governo autorizado para mandar matricular no primeiro anno da Faculdade de Direito do Recife os estudantes José Vicente Meira de Vasconcellos, e Ceciliano Mamede Alves Ferreira, ficando-lhes dispensados os poucos dias que faltão para completarem a idade exigida pelos Estatutos, revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Senador do Imperio, Conselheiro de Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em o primeiro de Junho de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independência e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.

José Thomáz Nabuco de Araújo.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 4 de Junho de 1866.—O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 9 de Junho de 1866.—*Fausto Augusto de Aguiar*.



DECRETO N. 1280—DO 1.º DE JUNHO DE 1866.

Autoriza o Governo para mandar matricular diversos estudantes nas Faculdades de Medicina e de Direito, e na Escola de Marinha; e bem assim para mandar conferir o grão de Bacharel em Sciencias Physicas e Mathematicas a Francisco Soares de Andréa.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral.

Artigo 1.º Fica o Governo autorizado para mandar matricular no primeiro anno da Faculdade de Medicina da Côrte os estudantes Candido José Rodrigues de Andrade Junior, Manoel Luiz da Silva Souto, Albino José do Amaral, Antonio Francisco de Siqueira, Joaquim Pereira dos Santos Junior, Aureliano Pires de Campos, Luiz da Cunha Moreira, José Ricardo Pires de Almeida, e no terceiro o estudante Felix Rodrigues Seixas; no primeiro da Faculdade de Medicina da Bahia o estudante José Antonio Ribeiro de Araújo; e no segundo os estudantes Joviniano Reginaldo Alvim e Antonio de Araújo Bastos; no primeiro da Faculdade de Direito de S. Paulo os estudantes João Baptista da Conceição e Jacintho do Nascimento Moura; no primeiro da do Recife os estudantes Francisco Cleto do Rego Toscano de Brito, José Luiz Peixoto de Vasconcellos e Felix Ribeiro de Carvalho Junior; e no primeiro da Escola de Marinha o estudante Carlos José de Araujo Pinheiro.

Art. 2.º Antes dos respectivos actos deverão os mesmos estudantes mostrar-se habilitados em todas as materias exigidas pelos Estatutos, cujos exames deixarão de fazer.

O Governo levará em conta aos estudantes Candido José Rodrigues de Andrade Junior, Joaquim Pereira dos Santos Junior e José Ricardo Pires de Almeida os exames feitos na Faculdade de Direito de S. Paulo, ao estudante Carlos José de Araujo Pinheiro os que fez na Escola Central, e ao estudante Felix Ribeiro de Carvalho Junior o de Rhetorica.

Art. 3.º Fica o Governo igualmente autorizado para mandar conferir o grão de Bacharel em Sciencias Physicas e Mathematicas ao Primeiro Tenente da Armada Francisco Soares de Andréa, se se mostrar habilitado em todas as materias daquelle curso, levando-se-lhe em conta os exames feitos na Escola de Marinha.

Art. 4.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em o primeiro de Junho de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 4 de Junho de 1866.—O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 9 de Junho de 1866.—*Fausto Augusto de Aguiar*.



DECRETO N. 1281— DE 15 DE JUNHO DE 1866.

Autoriza o Governo a mandar matricular no primeiro anno da Faculdade de Medicina da Córte o estudante Quintiliano Pacheco Ferreira Lessa.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica o Governo autorizado para mandar matricular no primeiro anno da Faculdade de Medicina da Córte o estudante Quintiliano Pacheco Ferreira Lessa, sendo para isso aceitos os exames feitos pelo mesmo estudante na Escola Central.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Nego-

cios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quinze de Junho de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 18 de Junho de 1866. — O Director Geral interino. — *José da Cunha Barboza.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 21 de Junho de 1866. — *Fausto Augusto de Aguiar.*



DECRETO N. 1282 — DE 13 DE JUNHO DE 1866.

Approva os Decretos de 11 de Junho de 1863 pelos quaes foi concedida a cada um dos Soldados Ignacio Alves de Carvalho, Antonio Raymundo das Chagas e Francisco Manoel Joaquim da Conceição a pensão de quatrocentos réis diários.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Ficão approvados os Decretos de 11 de Junho do anno passado, pelos quaes foi concedida a cada um dos Soldados Ignacio Alves de Carvalho, Antonio Raymundo das Chagas e Francisco Manoel Joaquim da Conceição a pensão de quatrocentos réis diários, por terem ficado aleijados no ataque de Paysandú. Estas pensões serão pagas desde a data dos respectivos Decretos.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Nego-

cios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quinze de Junho de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

. Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Márquez de Olinda.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 19 de Junho de 1866.— O Director Geral interino.— *José da Cunha Barboza.*— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 21 de Junho de 1866.— *Fausto Augusto de Aguiar.*



DECRETO N. 1283 — DE 15 DE JUNHO DE 1866.

Approva as pensões concedidas ao ex-Soldado Jacintho José Ferreira, ao Guarda Nacional Antonio Rodrigues, e ao Soldado Joaquim Dias Collaço.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica approvada a pensão de quinhentos réis diarios concedida por Decreto de 3 de Janeiro ultimo ao ex-Soldado do 3.º batalhão de artilharia Jacintho José Ferreira, por ter perdido o braço direito em consequencia da explosão de uma peça no dia 15 de Junho de 1854 na Capital da Provincia do Pará: a de vinte mil réis mensaes concedida por Decreto de 17 de Fevereiro ao Guarda Nacional da batalhão de Artilharia da Capital da Provincia de Santa Catharina Antonio Rodrigues, por ter perdido o braço direito em consequencia de explosão de uma peça, de cuja guarda fazia parte; e a de quatrocentos réis diarios, concedida por Decreto de 9 de Março, ao Soldado do 4.º batalhão de artilharia a pé, Joaquim Dias Collaço, por ter ficado aleijado

da mão direita, em consequencia de explosão de uma peça, no dia 2 de Dezembro do anno passado, na Capital da Provincia da Bahia.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em quinze de Junho de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.

José Thomaz Nabuco de Araújo.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 19 de Junho de 1866. — O Director Geral interino. — *José da Cunha Barboza.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 21 de Junho de 1866. — *Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 1284—DE 15 DE JUNHO DE 1866.

Autoriza o Governo a conceder carta de naturalisação de Cidadão Brasileiro aos subditos Allemães Luiz Fernando Wolf, e outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica o Governo autorizado para conceder carta de naturalisação de Cidadão Brasileiro aos subditos Allemães Luiz Fernando Wolf, residente nesta Côrte, Luiz Henrique, Barão de Holleben, residente na Provincia do Paraná; aos subditos Italianos Padre Paschoal Alloti, residente na de Minas Geraes, Padre Paulo de Mago, Vigario de Cabo Verde, residente na mesma Provincia, Padre Nicoláo Luiz, residente em Santa Luzia do Carangola;

aos subditos Portuguezes João Antonio Pereira de Mattos, Antonio de Souza e Silva Brito, Manoel Gonçalves das Eiras, José de Souza Soares, João Gomes da Rocha e Azevedo, José Maria Campo Verde Junior, Manoel Joaquim de Souza e Oliveira, Elisabeth Maximo Brandão e Castro, e Padre Manoel Joaquim Ferreira, residentes na Provincia de Minas; Francisco Telles do Nascimento, Simão da Cunha Vieira, José Alves dos Santos Oliveira, Bento Antonio de Castro Guimarães, Antero Rodrigues da Silva, Henrique Pinto da Costa, Dr. João Jacques Anatolio Ramangê, residentes na Provincia de S. Paulo, Alberto Alexandre da Silva-Salgado, residente na Villa de S. José dos Barreiros da mesma Provincia; Manoel Francisco Cruz, Domingos Barbosa de Brito, residentes nesta Côrte, Manoel da Silva Passos, Pedro Lopes Ribeiro, Marianno José do Canto, residentes na Provincia do Rio Grande do Sul, Luiz Antonio Fernandes, residente na do Pará; Antonio José Ribeiro Vianna, residente em S. João do Principe; Antonio José de Azevedo, Antonio José Leonardo da Silva, Ubaldo Alves da Cruz, Antonio José Vicente Martha; ao subdito Francez Charles Mercier, e á Hollandeza Elisabeth Barbe-Schaar, ambos residentes nesta Côrte.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quinze de Junho de mil oitocentos sessenta e seis, quadregesimo quinto de Indépendencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 19 de Junho de 1866.—O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 21 de Junho de 1866.—*Fausto Augusto de Aguiar*.

DECRETO N. 1285—DE 13 DE JUNHO DE 1866.

Approva as pensões concedidas a D. Virgínia Thomázia de Azevedo; a D. Maria Ferreira de Oliveira; a D. Aurora Jacinthia de Lima; a D. Marcellinda Clara de Mello Carvalho; a D. Maria do Carmo Ferreira; a D. Maria Deolinda de Carvalho Montauray; a D. Antonia Maria dos Santos Garrócho; a D. Delmira do Amor Divino Pinto; e a D. Cordolina Alves Ferreira.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica approvada a pensão concedida por Decreto de 24 de Setembro de 1865 a D. Virgínia Thomázia de Azevedo, da metade do soldo que percebia seu marido o Tenente do 7.º batalhão de Infantaria Collatino Teixeira de Azevedo, morto em consequencia de ferimentos recebidos em combate, sem prejuizo do que por lei lhe compete: a de 720\$000 annuaes concedida por Decreto de 7 de Outubro do mesmo anno a D. Maria Ferreira de Oliveira, viuva do Capitão da Guarda Nacional da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul João Antonio Prestes de Oliveira, morto em consequencia de ferimentos recebidos em combate; a de 400 réis diarios concedida por Decreto de 29 de Novembro de 1865 a D. Aurora Jacinthia de Lima, viuva do musico de segunda classe do 3.º batalhão de Infantaria Manoel Tiburcio Valeriano, morto em combate; a de 720\$000 annuaes concedida por Decreto de 13 de Janeiro ultimo a D. Marcellinda Clara de Mello Carvalho, viuva do 4.º Tenente da Armada Alvaro Augusto de Carvalho, morto em consequencia de ferimentos recebidos em combate; a de 84\$000 mensaes, concedida por Decreto de 10 de Fevereiro ultimo a D. Maria do Carmo Ferreira, mãe do Capitão Tenente Bonifacio Joaquim de Sant'Anna, morto em consequencia de ferimentos recebidos em combate, com sobrevivencia de metade da mesma pensão a D. Escolastica Maria da Conceição, filha da pensio-naria; a de 720\$000 annuaes concedida por Decreto da mesma data a D. Maria Deolinda de Carvalho Montauray, viuva do 4.º Tenente João Baptista de Oliveira Montauray, fallecido em consequencia de molestia adquirida em campanha; a de 504\$000 annuaes, sem prejuizo do montepio, que percebe,

concedida por Decreto da mesma data a D. Antonia Maria dos Santos Garrôcho, mãe do Tenente do 44.º batalhão de Infantaria Fernando Martins Garrôcho, fallecido em campanha; a de 36\$000 mensaes concedida por Decreto de 17 de Fevereiro deste anno a D. Delmira do Amor Divino Pinto, viuva do Alferes do 5.º batalhão de Infantaria Antonio Gregorio Pinto, fallecido em campanha; e a de 84\$000 mensaes concedida por Decreto da mesma data a D. Cordolina Alves Ferreira, viuva do Cirurgião-mór Dr. José Sergio Ferreira, fallecido em campanha.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas desde a data das respectivas concessões:

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em quinze de Junho de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 49 de Junho de 1866.—O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 24 de Junho de 1866.—*Fausto Augusto de Aguiar*.

DECRETO N. 1286 — DE 13 DE JUNHO DE 1866.

Autoriza o Governo a aposentar os empregados da Secretaria e Contadoria, Thesoureiro, Procurador, Escrivão da receita e despeza, Porteiro e Continuos da Camara Municipal da Côrte.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º O Governo fica autorizado para aposentar os empregados da Secretaria e Contadoria, Thesoureiro, Procurador, Escrivão da receita e despeza, Porteiro e Continuos da Camara Municipal da Côrte, guardando a esse respeito as disposições, que vigorarem para a aposentadoria dos empregados do Thesouro Nacional, servindo de base á aposentadoria do Procurador o ordenado, que tiver o Thesoureiro.

Art. 2.º As aposentadorias, de que trata o artigo antecedente, só poderão ser concedidas por proposta da referida Camara Municipal; e os ordenados dos aposentados entrarão no orçamento de sua despeza.

Art. 3.º Ficão revogadas todas as leis e disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Senador do Imperio, Conselheiro de Estado, Presidente do Conselho de Ministros, e Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quinze de Junho de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 7 de Julho de 1866.—O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 8 de Julho de 1866.—*Fausto Augusto de Aguiar.*



DECRETO N. 1287 — DE 13 DE JUNHO DE 1866.

Designa os Collegios em que devem votar os eleitores da Parochia de Valença, Provincia do Piahy, e os da Parochia do Campestre, Provincia da Bahia, e creá nesta um Collegio eleitoral na Villa de Santo Antonio da Barra.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral.

Art. 1.º Os eleitores da Parochia de Valença, da Provincia do Piahy, votarão no Collegio da Cidade de Oeiras, com os eleitores da mesma Cidade.

Art. 2.º Os eleitores da Freguezia do Campestre, da Provincia da Bahia, votarão no Collegio da Cidade dos Lençóes.

Art. 3.º Fica creado um Collegio eleitoral na Villa de Santo Antonio da Barra da Provincia da Bahia, em o qual votarão os eleitores das freguezias do Municipio.

Art. 4.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Senador do Imperio, Conselheiro de Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quinze de Junho de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 7 de Julho de 1866.—O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 8 de Julho de 1866.—*Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 1288 — DE 15 DE JUNHO DE 1866.

Approva as pensões annuaes de 968000 concedidas aos Imperiaes Marinheiros Manoel Jeronimo da Silveira e Vicente Pereira de Souza; e as de 428000 mensaes concedidas a D. Bernarda Rosa de Jesus Simões e a D. Maria Amalia Marques de Souza.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica approvada a pensão annual de noventa e seis mil réis concedida por Decreto de vinte e tres de Março do corrente anno aos Imperiaes Marinheiros de segunda classe Manoel Jeronimo da Silveira e Vicente Pereira de Souza, feridos em combate; e a de quarenta e dous mil réis mensaes concedida por Decreto de vinte sete do mesmo mez e anno a D. Bernarda Rosa de Jesus Simões, viuva do Tenente do sexto Corpo provisório de cavallaria da Guarda Nacional Joaquim Lopes Simões, morto em campanha; e a de quarenta e dous mil réis tambem mensaes a D. Maria Amalia Marques de Souza, viuva do Tenente do quinquagesimo quarto corpo de Voluntarios da Patria José Thomaz de Souza, morto em naufragio nas costas do Alhardão.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas desde as datas das respectivas concessões.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro do Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quinze de Junho de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.

José Thomaz Nabuco de Araújo.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 19 de Junho de 1866.—O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 24 de Junho de 1866.—*Fausto Augusto de Aquino*.

DECRETO N. 4289 — DE 13 DE JUNHO DE 1866.

Approva as pensões concedidas ao 1.º Tenente da Armada Justino José de Macedo Coimbra, ao 2.º Tenente da Armada Manoel Nogueira de Lacerda, ao Guarda Marinha Manoel do Nascimento Castro e Silva; e ao Alferes de Commissão do 16.º Corpo de Voluntarios da Patria Salvagui Francisco.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica approvada a pensão annual de seiscentos mil réis, concedida por Decreto de tres de Dezembro de mil oitocentos sessenta e cinco, ao primeiro Tenente da Armada Justino José de Macedo Coimbra, ferido em combate; e de quatrocentos e oitenta mil réis, também annual, concedida por Decreto da mesma data ao segundo Tenente da Armada, Manoel Nogueira de Lacerda, ferido em combate; e de trezentos e sessenta mil réis, igualmente annual, ao Guarda Marinha Manoel do Nascimento Castro e Silva, ferido em combate; e a de trinta e seis mil réis mensaes, concedida por Decreto de vinte nove de Março do corrente anno ao Alferes de Commissão do decimo sexto Corpo de Voluntarios da Patria Salvagui Francisco, ferido em combate.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas desde as datas das respectivas concessões.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quinze de Junho de mil oitocentos sessenta e seis, quadregesimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 19 de Junho de 1866.—O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 21 de Junho de 1866.—*Augusto Aguiar*.

DECRETO N. 1290 — DE 15 DE JUNHO DE 1866.

Autoriza o Governo a mandar matricular na Escola Central da Córte o estudante Agostinho Luiz da Gama Junior.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a mandar matricular na Escola Central da Córte o estudante Agostinho Luiz da Gama Junior, levando-se-lhe em conta os exames de francez, inglez, latim, philosophia, historia e geographia feitos na Academia de Direito de S. Paulo, se estiverem dentro do prazo marcado para a sua validade.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Angelo Moniz da Silva Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quinze de Junho de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Angelo Moniz da Silva Ferraz.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 19 de Junho de 1866.—O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.—Registrado.

Publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra em 6 de Julho de 1866.—*Marianno Carlos de Souza Corrêa*.



DECRETO N. 4291 — DE 15 DE JUNHO DE 1866.

Autoriza o Governo a mandar matricular na Escola Central ou Militar da Côrte o estudante Francisco Theresio Porto Neto.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte resolução da Assemblêa Geral.

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a mandar matricular na Escola Central ou Militar da Côrte o estudante Francisco Theresio Porto Neto, que, por circumstancias independentes de sua vontade, só pôde solicitar a dita matricula depois do prazo marcado pelo regulamento respectivo.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Angelo Moniz da Silva Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quinze de Junho de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Angelo Moniz da Silva Ferraz.

José Thomaz Nabuco de Araújo.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 19 de Junho de 1866.—O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.—Registrado.

Publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra em 6 de Julho de 1866.—*Mariano Carlos de Souza Corrêa*.



DECRETO N. 1292 — DE 15 DE JUNHO DE 1863.

Determina que a Lei n.º 1243 de 28 de Junho de 1863, decretada para o exercício de 1863 a 1866, continue em vigor no anno financeiro de 1866 a 1867, enquanto não fór promulgada a Lei do Orçamento deste exercício.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º A Lei n.º 1243 de 28 de Junho de 1863, decretada para o exercício de 1863 a 1866, continuará em vigor no anno financeiro de 1866 a 1867, enquanto não fór promulgada a Lei do Orçamento deste exercício; considerando-se como parte daquella Lei as despesas que tiverem sido creadas depois de sua data pelo Poder Legislativo, e ficando outrossim o Governo autorizado para pagal-as, não obstante a clausula do art. 44 da Lei n. 1177 de 9 de Setembro de 1862.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

João da Silva Carrão, do Meu Consêlho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quinze de Junho de mil oitocentos sessenta e seis, quadregésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João da Silva Carrão.

DECRETO N. 1293 — DE 15 DE JUNHO DE 1866.

Concede ao Desembargador Joaquim Firmino Pereira Jorge um anno de licença para tratar de sua saúde.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a conceder ao Desembargador da Relação da Côte Joaquim Firmino

Pereira Jorge um anno de licença com os respectivos vencimentos, para tratar de sua saúde, onde lhe convier.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Senador José Thomaz Nabuco de Araujo, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em quinze de Junho de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

DECRETO N. 1294 — DE 22 DE JUNHO DE 1866.

Crêa um Collegio eleitoral na Villa de Santa Anna do Paranahyba, Provincia de Mato Grosso.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assemblêa Geral.

Art. 1.º Haverá na Villa de Santa Anna do Paranahyba, da Provincia de Mato Grosso, um Collegio eleitoral, que será composto dos eleitores da Parochia da mesma Villa.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Senador do Imperio, Conselheiro de Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em vinte dous de Junho de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 7 de Julho de 1866.—O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 8 de Julho de 1866.—*Fausto Augusto de Aguiar*.

DECRETO N. 1295 — DE 22 DE JUNHO DE 1866.

Approva a pensão annual de 720\$000 concedida á viuva e filhos do Primeiro Tenente da Armada Henrique Francisco Martins.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica approvada a pensão annual de setecentos e vinte mil réis, concedida por Decreto de dezoito de Fevereiro de mil oitocentos sessenta e cinco, repartidamente e sem prejuizo do meio soldo que competir, á viuva e filhos do primeiro Tenente da Armada Henrique Francisco Martins, morto no ataque de Paysandú.

Art. 2.º Esta pensão será paga desde a data do respectivo Decreto.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte dous de Junho de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.

José Thomaz Nabuco de Araújo.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 23 de Junho de 1866.—O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 2 de Julho de 1866.—*Fausto Augusto de Aguiar*.

DECRETO N. 1296 — DE 22 DE JUNHO DE 1866.

Approva a pensão annual de 600\$000 concedida ao Padre Francisco Xavier Augusto da França.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica approvada a pensão de seiscentos mil réis annuaes concedida por Decreto de dous de Outubro de mil oitocentos sessenta e cinco ao Padre Francisco Xavier Augusto da França, Vigario Collado da Freguezia de Nossa Senhora da Conceição de Cattas Altas, de Mato Dentro, Provincia de Minas Geraes, em consideração aos serviços por elle prestados desde mil oitocentos e vinte, visto achar-se impossibilitado, pelo seu estado valetudinario e avançada idade, de continuarno exercicio do seu ministerio, não podendo, porém, ser paga esta pensão, antes de verificada a resignação do beneficio, cujas obrigações não pôde preencher.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte dous de Junho de mil oitocentos sessenta e seis, quadregesimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 23 de Junho de 1866.—O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 2 de Julho de 1866.—*Fausto Augusto de Aguiar*.



DECRETO N. 1297 — DE 22 DE JUNHO DE 1866.

Autoriza o Governo para mandar passar Carta de naturalisação de cidadão Brasileiro ao subdito Portuguez Jorge José Moreira, e outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica o Governo autorizado para mandar passar Carta de naturalisação de cidadão Brasileiro aos subditos Portuguezes Jorge José Moreira, João Joaquim Gonçalves Porto, Narciso Ferreira da Silva Sabroza, João de Deus Vieira, José Francisco dos Santos, Manoel Gomes Pereira Martins Rios, Francisco Dias Morim, Joaquim Salema Falcão, José Antonio Moreira, Lourenço Joaquim Pinto, José Francisco Cardoso, Francisco Gonçalves Costa, e Albino Antonio de Castro Morada, residente nesta Côrte; Manoel Mauricio Alves da Motta, residente na Imperial Cidade de Nietheroy; Salvador Antonio Pinto, Lourenço Castanheiro, Manoel Antonio da Costa, João da Cunha Pecanha, e Bernardino Moreira de Lemos, residentes na Provincia do Rio Grande do Sul; José Antonio Figueira, residente em Santos, Provincia de S. Paulo; Padre Joaquim Antonio Paes de Azevedo, Padre Manoel Luiz Corrêa, José Pinto Corrêa, e João Francisco Pinheiro, residentes na Provincia de Minas; André de Castro Reis, Padre José Caetano Vaz Sanches, e Francisco Maria Gaspar, residentes na Provincia do Maranhão; Antonio de Almeida Gomes, e Carlos Augusto Conceição Ribeiro, residentes na Provincia de Pernambuco, Francisco José da Costa, residente na da Parahyba; aos subditos Italianos Pedro Fogneri, Thomaz Fogneri, e Padre Thomaz Gaspar, residentes na Provincia de Minas; Padre Geraldo Florio, Vigario encomendado da Freguezia de S. Sepé, na Provincia do Rio Grande do Sul; ao subdito Inglez Henrique Alfredo Tozer, residente na Provincia de Pernambuco; aos subditos Allemães José Berger, Germano Tinnissen, João Henrique Plate, natural de Oldenbourg, Dr. Pedraglia, ao Russo Luiz Hass; ao Belga Streff Mistres, todos residentes nesta Côrte; ao subdito Francez Padre Angelo José Philidory, e ao Austriaco Francisco Dinelli, ambos residentes na Provincia de Minas.

• Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte dous de Junho de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 23 de Junho de 1866. — O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*. — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 2 de Julho de 1866. — *Fausto Augusto de Aguiar*.

DECRETO N. 1298 — DE 22 DE JUNHO DE 1866.

Autoriza o Governo a mandar admittir á exame do quinto anno da Faculdade de Direito do Recife o estudante João Baptista Pinheiro Côrte Real.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a mandar admittir á exame do quinto anno da Faculdade de Direito do Recife, cujas aulas frequentou com aproveitamento, segundo prova com attestados dos respectivos Lentes, o estudante João Baptista Pinheiro Côrte Real.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça exe-

cutar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte dous de Junho de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.
José Thomaz Nabuco de Araujo.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 25 de Junho de 1866.—O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 2 de Julho de 1866.—*Fausto Augusto de Aguiar*.



DECRETO N. 1299 — DE 22 DE JUNHO DE 1866.

Autoriza o Governo a mandar matricular no primeiro anno pharmaceutico da Faculdade de Medicina da Córte o estudante José da Costa Vallim Junior.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a mandar matricular no primeiro anno pharmaceutico da Faculdade de Medicina da Córte o estudante José da Costa Vallim Junior, considerando-se validos os exames de francez e arithmetica, feitos pelo mesmo na Escola Central, e obrigado a mostrar-se habilitado no exame de geometria antes do acto do primeiro anno.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro do Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro em vinte dous de Junho de mil oitocentos sessenta e seis, quadragesimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 23 de Junho de 1866.— O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 2 de Julho de 1866.— *Fausto Augusto de Aguiar*.



DECRETO N. 1300 — DE 22 DE JUNHO DE 1866.

Autoriza o Governo a mandar matricular na Faculdade de Medicina da Côrte o estudante Norberto de Alvarenga Mafra.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica o Governo autorizado o mandar matricular no primeiro anno do curso medico desta Côrte o estudante Norberto de Alvarenga Mafra, sendo obrigado a fazer, em tempo opportuno, os exames preparatorios que lhe faltão de inglez e de historia.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte dous de Junho de mil oitocentos sessenta e seis, quadragesimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.

José Thomaz Nabuco de Araujo.



Transitou na Chancellaria do Imperio em 25 de Junho de 1866.— O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 2 de Julho de 1866.— *Fausto Augusto de Aguiar*.

DECRETO N. 4304 — DE 22 DE JUNHO DE 1866.

Autoriza o Governo a mandar matricular na Faculdade de Medicina da Corte o estudante Joaquim Fernando de Barros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral.

Art. 4.º Fica o Governo autorizado a mandar matricular no primeiro anno da Escola de Medicina da Corte o estudante Joaquim Fernando de Barros, que se acha no terceiro anno do Curso Juridico de S. Paulo, sendo accitos os exames já feitos pelo referido estudante.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte dous de Junho de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 25 de Junho de 1866.— O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 2 de Julho de 1866.— *Fausto Augusto de Aguiar*.

DECRETO N. 1302 — DE 22 DE JUNHO DE 1866.

Autoriza o Governo a mandar matricular na Faculdade de Medicina da Côrte o estudante João Baptista da Conceição.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a mandar matricular na Academia de Medicina da Côrte o estudante João Baptista da Conceição, sendo para isso aceitos os exames feitos na Academia de S. Paulo.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte dous de Junho de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 25 de Junho de 1866.— O Director Geral interino, *José da Cunha Barbosa*.— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 2 de Julho de 1866.— *Fausto Augusto de Aguiar*.

DECRETO N. 1303 — DE 22 DE JUNHO DE 1866.

Autoriza o Governo a mandar matricular na Faculdade de Medicina da Côrte o Estudante Theodoro Rodrigo da Silveira.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a mandar matricular no primeiro anno da Faculdade de Medicina

da Côrte o estudante Theodoro Rodrigo da Silveira, ficando para isso válidos os exames por elle feitos na Faculdade de Direito de S. Paulo.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte dous de Junho de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 25 de Junho de 1866.— O Director Geral interino, *José da Cunha Barbosa*. — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 2 de Julho de 1866.— *Fausto Augusto de Aguiar*.



DECRETO N. 1304 — DE 22 DE JUNHO DE 1866.

Approva as pensões concedidas a D. Candida Alves Valença, a D. Vitalina Fernandes Fortes, aos 2.ºs Sargentos Laurentino Querubino Ferreira Paes e Rufino Mendes, e ao Anspçada Agostinho Bezerra.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica approvada a pensão de cento e vinte mil réis mensaes, concedida por Decreto de vinte tres de Março deste anno a D. Candida Alves Valença, filha do Coronel da Guarda Nacional da Provincia de S. Pedro do Sul, José Alves Valença, morto em

campanha; a de quarenta e dous mil réis mensaes, concedida por Decreto da mesma data a D. Vitalina Fernandes Fortes, viuva do Tenente do Corpo Provisorio da Guarda Nacional, numero vinte dous, Leandro Rodrigues Fortes, morto em combate; a de seiscentos réis diarios, concedida por Decreto de seis de Abril do mesmo anno a cada um dos segundos Sargentos do terceiro e nono Batalhões de Infantaria Laurentino Querubino Ferreira Paes, e Rufino Mendes, feridos em combate; e a de quinhentos réis diarios concedida por Decreto da mesma data ao Anspeçada do terceiro Batalhão de Infantaria Agostinho Bezerra, ferido tambem em combate.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas desde as datas das respectivas concessões.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte dous de Junho de mil oitocentos sessenta e seis, quadregesimo quinto da Independencia e do Imperio.


Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 25 de Junho de 1866. — O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*. — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 2 de Julho de 1866. — *Fausto Augusto de Aguiar*.



DECRETO N. 1305 — DE 22 DE JUNHO DE 1866.

Autoriza o Governo a entrar em ajustes com a Sociedade Montravel Silveiro & Companhia sob as condições abaixo transcriptas.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a entrar em ajustes com a Sociedade Montravel Silveiro & Companhia, obrigando-se pelas dividas dos colonos, e subrogando-se nos direitos, que tem sobre elles a mesma Sociedade.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Antonio Francisco de Paula Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negccios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte dous de Junho de mil oitocentos sessenta e seis, quadragesimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Dr. Antonio Francisco de Paula Souza.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 30 de Junho de 1866. — O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza.* — Registrado.

Publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 30 de Junho de 1866. — O Director, *Bernardo Augusto Nascentes de Azambuja.*

DECRETO N. 1306 — DE 22 DE JUNHO DE 1866.

Approva a aposentadoria concedida a Luiz José da Costa, no lugar de Ajudante do Thesoureiro da Secção de substituição e resgate do papel moeda da Caixa da Amortização.

Hei por bem Sanceionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica approvada a aposentadoria, concedida pelo Decreto de vinte um de Janeiro de mil oitocentos sessenta e cinco a Luiz José da Costa, no lugar que exercia de Ajudante do Thesoureiro da Secção de substituição e resgate do papel moeda da Caixa da Amortização, com o vencimento que lhe competir na fórma da lei.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

João da Silva Carrão, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte dous de Junho de mil oitocentos sessenta e seis, quadragesimo quinto da Independência e do imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João da Silva Carrão.

João Lustosa da Cunha Paranaguá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 17 de Agosto de 1866.— O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda em 20 de Agosto de 1866.— *José Sere-
riano da Rocha*.

DECRETO N. 1307 — DE 22 DE JUNHO DE 1866.

Declara que as filhas dos Officiaes do Exercito e da Armada, embora casadas antes da morte de seus pais, têm direito ao meio soldo ou montepio deixado por elles, não existindo filhas solteiras ou viúvas, nem filhos menores de dezoito annos.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral.

Art. 1.º As filhas dos Officiaes do Exercito e da Armada têm direito, na fórma da Lei de 6 de Novembro de 1827, ao meio soldo ou montepio deixado por seus pais, embora se tenham casado antes da morte desses, se não existirem filhas solteiras ou viúvas, nem filhos menores de dezoito annos.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario

João da Silva Carrão, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte dous de Junho de mil oitocentos sessenta e seis, quadregesimo quinto da Independencia e do Imperio.


Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João da Silva Carrão.

João Lustoza da Cunha Paranaquá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 17 de Agosto de 1866. — O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda em 20 de Agosto de 1866. — *José Severiano da Rocha.*



DECRETO N. 1308—DE 27 DE JUNHO DE 1866.

Approva as pensões concedidas a D. Francisca Thomazia de Andrade Maia, e ao Cabo de Esquadra João Baptista Martins.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica approvada a pensão de quinhentos e quatro mil réis annuaes, concedida por Decreto de dez de Janeiro do corrente anno a D. Francisca Thomazia de Andrade Maia, mãe do Tenente Feliciano Ignacio de Andrade Maia, morto em combate, com sobrevivencia da metade da mesma pensão para suas filhas D. Jacintha Maria de Andrade Maia, D. Josefina Carolina de Andrade Maia e D. Carlota Candida de Andrade Maia; e a de quinhentos réis diarios concedida por Decreto de vinte quatro de Fevereiro do corrente anno ao Cabo de Esquadra da Companhia de Invalidos da Provincia da Bahia, João Baptista Martins, ferido em combate.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas desde a data dos respectivos Decretos.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte sete de Junho de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.

José Thomaz Nabuco de Araújo.

Sellado na Chancellaria do Imperio em 2 de Julho de 1866.—O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 10 de Julho de 1866.—*Fausto Augusto de Aguiar*.

DECRETO N. 1309—DE 27 DE JUNHO DE 1866.

Approva as pensões concedidas a D. Clara Emilia de Drummond Cabrita; ao 2.º Cadete 2.º Sargento Silvestre Antonio Chaves; a D. Feliciano de Alencastro Pitanga; a D. Delfina Maria de Barros; ao Cabo de Esquadra Luiz Antonio de Lima; a João Francisco de Paula Maia, Pedro Antonio Primeiro, Rufino Gonçalves, Felipe de Moura Rolim, e Justino Alves Bezerra.

Hei por bem Sancionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica approvada a pensão de cem mil réis mensaes, concedida por Decreto de vinte sete de Abril do corrente anno a D. Clara Emilia de Drummond Cabrita, viuva do Tenente Coronel João Carlos de Villagran Cabrita, morto em combate, sem prejuizo do meio soldo que lhe compete, com sobrevivencia da metade daquella quantia para seu filho Raul Pedro de Drummond Cabrita; a de mil e duzentos réis diários, concedida por Decreto de vinte de Abril do corrente anno ao segundo Cadete segundo Sargento do vigesimo corpo de voluntarios da Patria Silvestre Antonio Chaves por ter ficado inutilizado no serviço de campanha; a de trinta mil réis mensaes, concedida por Decreto de vinte de Abril a D. Feliciano de Alencastro Pitanga, viuva do primeiro Cirurgião do Corpo de Saude do Exercito Dr. José Augusto de Souza Pitanga, fallecido em consequencia de molestias adquiridas em campanha; a de vinte mil réis mensaes, concedida por Decreto de vinte de Abril a Delfina Maria de Barros, viuva do Soldado do decimo corpo de voluntarios da Patria Francisco da Silva Laudacio; a de doze mil réis mensaes, concedida por Decreto de vinte de Abril, ao Cabo de Esquadra reformado do corpo de Imperiaes Marinheiros, Luiz Antonio de Lima, o qual perdeu a perna direita em dezasete de Maio de mil oitocentos cincoenta e sete; e as de doze mil réis mensaes, concedidas por Decreto de vinte sete de Abril a cada um dos Imperiaes Marinheiros João Francisco de Paula Maia, Pedro Antonio Primeiro, Rufino Gonçalves, Felipe de Moura Rolim, e Justino Alves Bezerra, mutilados em combate.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas desde as datas das respectivas concessões.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte sete de Junho de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.

José Thomaz Nabuco de Araújo.

Sellado na Chancellaria do Imperio em 2 de Julho de 1866.—O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 10 de Julho de 1866.—*Fausto Augusto do Aguiar*.

— 1866 —

DECRETO N. 1319—DE 27 DE JUNHO DE 1866.

Approva a pensão annual concedida á viuva e filhos do Capitão Antonio Fernandes Borges.

Hei por bem Sanceionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica approvada a pensão annual de setecentos e vinte mil réis, concedida por Decreto de vinte dous de Março de mil oitocentos sessenta e cinco, repartidamente, e sem prejuizo do meio soldo que competir, á viuva e filhos do Capitão Antonio Fernandes Borges, morto no ataque de Paysandú.

Art. 2.º Esta pensão será paga desde a data do citado Decreto.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Minis-

tros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte sete de Junho de mil oitocentos sessenta e seis, quadragesimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.

João Lustosa da Cunha Paranaguá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 27 de Setembro de 1866. — O Director Geral, *André Augusto de Padua Fleury*. — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 6 de Outubro de 1866. — *Fausto Augusto de Aguiar*.



DECRETO N. 1311—DE 27 DE JUNHO DE 1866.

Approva o Decreto de 22 de Outubro de 1864, que aposentou o Conselheiro Vicente Ferreira da Costa Piragibe, Director Geral da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica approvedo o Decreto de 22 de Outubro de 1864, que aposentou o Conselheiro Vicente Ferreira da Costa Piragibe, Director Geral da 1.ª Directoria da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, com o ordenado que lhe competir pela tabella annexa ao Regulamento, que baixou com o Decreto n.º 2677 de 27 de Outubro de 1860, contando-se para esse fim o tempo que tiver de serviço no Exercito; ficando porém sem vencimento do soldo que lhe toque em virtude de reforma.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Angelo Moniz da Silva Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte sete de Junho de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Angelo Moniz da Silva Ferraz.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 2 de Julho de 1866.—O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.—Registrado.

Publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra em 6 de Julho de 1866.—*Marianno Carlos de Souza Corrêa*.



DECRETO N. 1312—DE 27 DE JUNHO DE 1866.

Autoriza o Governo a conceder oito mezes de licença com vencimento ao Dr. Antonio José Moreira, 1.º Cirurgião do Corpo de Saude do Exercito.

Hei por bem Sancionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assemblêa Geral.

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a conceder ao Dr. Antonio José Moreira oito mezes de licença para tratar de sua saude onde lhe convier, com os vencimentos, que percebe como 1.º Cirurgião do Corpo de Saude do Exercito e adjunto da Escola de Preparatorios annexa á Militar, menos a gratificação de exercicio de ambos os lugares.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Angelo Moniz da Silva Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da

guerra, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em vinte sete de Junho de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independência e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador,

Angelo Mouiz de Silva Ferraz.

José Thomaz Nabuco de Araújo.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 2 de Julho de 1866.—O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.—Registrado.

Publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra em 6 de Julho de 1866. —*Marianno Carlos de Souza Corrêa.*

DECRETO N. 1313 — DE 6 DE JULHO DE 1866.

Concede um anno de licença ao Dr. Manoel Jansen Ferreira, Juiz de Direito na Comarca de Carolina, Província do Maranhão.

Hei por bem Saucconar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a conceder ao Dr. Manoel Jansen Ferreira, Juiz de Direito da Comarca de Carolina, na Província do Maranhão, um anno de licença com os respectivos vencimentos para tratar de sua saúde onde lhe convier.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

José Thomaz Nabuco de Araújo, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em seis de Julho de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independência e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador,

José Thomaz Nabuco de Araújo.

DECRETO N. 1314 — DE 13 DE JULHO DE 1866.

Autoriza o Governo para mandar passar Carta de naturalização de Cidadão Brasileiro ao subdito Italiano Padre Paschoal La Guardia, e outros.

Hei por bem Sancionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 4.º Fica o Governo autorizado para mandar passar Carta de naturalização de Cidadão Brasileiro ao subdito italiano Padre Paschoal La Guardia, Vigário da Freguezia de Santa Anna do Pirapitinga, na Província de Minas Geraes; aos subditos portuguezes João Henrique Guarnel, Joaquim José de Almeida Coimbra, e José Caetano Vianna, residentes na mesma Província; João Teixeira de Carvalho, José Custodio Alves Pereira, Manoel Antonio Gomes Pereira Junior, Joaquim Sabino Gonçalves, Francisco Alberto da Silva Bessan, Manoel da Luz Pereira, e Manoel Fernandes Flamante, residentes nesta Córte; Luiz Lobato Pereira Cabral, Manoel Dias da Costa, José Julio Amancio da Silveira, José Silveira Machado, José Alves Rodrigues, José Antonio de Castro, Manoel Jardim, Felipe Lopes, e Custodio José Affonso, residentes na Província do Rio de Janeiro; Antonio Joaquim Moreira, Manoel Joaquim Coelho, e Bernardino José Senna Castro, residentes na Província da Bahia; Antonio Francisco Alves, Bernardo da Silva Moura, Caetano Pereira da Motta, Caetano Gonçalves da Motta, Francisco Antonio Alves, Francisco Cardoso de Carvalho, João Antonio de Souza Bessa, João Netto de Matos, José Joaquim dos Santos Lima, Luiz Minho Flores, Luiz Antonio Pinto, Manoel da Silva Sourega, Manoel Luiz da Silva Rosa, Antonio Joaquim Guerreiro Lima, José Joaquim Alves, Miguel Francisco, e Jeronymo Antonio Dias, residentes na Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul; aos subditos hespanhóes Balthazar Binhas, e Militão Rodrigues Gririgo, residentes na mesma Província; aos subditos allemães Frederico Kruel, Otto Von Hoervell, Jacob Lauter, Agostinho Theodoro Ferreira, e Francisco João Ferreira, sendo estes dous ultimos nascidos na Prussia, todos residentes na mesma Província; Henrique Four, e Pedro Julio Wigant, residentes nesta Córte; ao dinamarquez Christian Gudmeondsson Isfeld, e a Oriental Catharina Maria Josepha Merello, igualmente residentes nesta Córte: Roberto Sanfford, residente em

Lages, Provincia de Santa Catharina; Padre João Luiz Nepomuceno de Macedo, Vigario da Freguezia de Canas Vieira, na mesma Provincia; Francisco Espesim e Padre Raphael Fozaco, residentes na Capital da mesma Provincia.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatorze de Julho de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

Transitou na Chancellaria do Imperio, em 17 de Julho de 1866.—O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 18 de Julho de 1866.—*Francisco Augusto de Aguiar*.

DECRETO N. 1315—DE 13 DE JULHO DE 1866.

Approva a pensão annual de 2408000 concedida ao Guarda Nacional do Batalhão de Artilharia da Corte João Avelino Pereira.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica approvada a pensão de duzentos e quarenta mil réis annuaes, concedida pelo Decreto de cinco de Abril do anno passado ao Guarda Nacional do Batalhão de Artilharia da Corte João Ave-

lino Pereira, que perdeu o braço por occasião das salvas no dia quinze de Dezembro de mil oitocentos sessenta e quatro.

Art. 2.º Fica revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em treze de Julho de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.

José Thomaz Nabuco de Araújo.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 17 de Julho de 1866.— O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.—Registrado

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 18 de Julho de 1866.—*Fausto Augusto de Aguiar*.



DECRETO N. 1316—DE 13 DE JULHO DE 1866.

Autoriza o Governo para conceder ao Padre Francisco Vital da Silva, Vigario Collado da Freguezia de Nossa Senhora do O', da Cidade de S. Miguel, na Provincia das Alagoas, dous annos de licença sem vencimentos, para tratar de sua saude onde lhe convier.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a conceder ao Padre Francisco Vital da Silva, Vigario collado da Freguezia de Nossa Senhora do O', da Cidade de S. Miguel, na Provincia das Alagoas, dous annos de licença sem vencimentos, para tratar de sua saude onde lhe convier.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, e Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em treze de Julho de mil oitocentos sessenta e seis, quadregesimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.

José Thomaz Nabuco de Araújo.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 17 de Julho de 1866.— O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 18 de Julho de 1866.— *Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 1317—DE 13 DE JULHO DE 1866.

Approva as pensões concedidas a D. Rachel Sophia Teixeira de Mariz e Barros, a D. Gertrudes Maria de Mello, e a D. Maria Angelica de Mello.

Hei por bem Sancionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica approvada a pensão de sessenta mil réis mensaes concedida por Decreto de vinte de Abril ultimo a D. Rachel Sophia Teixeira de Mariz e Barros, viúva do 4.º Tenente da Armada Antonio Carlos de Mariz e Barros, morto em combate, sem prejuizo do meio soldo que lhe competir; e a de seiscentos mil réis annuaes, concedida por Decreto da mesma data a cada uma das filhas do Brigadeiro Antonio Manoel de Mello, morto em consequencia de molestias adquiridas em campanha, D. Gertrudes Maria de Mello e D. Maria Angelica de Mello.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas desde a data dos respectivos Decretos.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em treze de Julho de mil oitocentos sessenta e seis, quadragesimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.

João Taubozza da Cunha Paranaquá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 27 de Setembro de 1866. — *André Augusto de Paula Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 6 de Outubro de 1866.—*Fausto Augusto de Aguiar.*



DECRETO N. 1318—DE 13 DE JULHO DE 1866.

Autoriza o Governo a conceder um anno de licença ao Inspector da Alfandega do Pará José Joaquim da Gama e Silva, ao Chefe da 1.ª Secção José Joaquim Rodrigues Martins, e ao Conferente da mesma Repartição Felipe Pereira Marinho Falcão e Mello.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a conceder ao Inspector da Alfandega do Pará José Joaquim da Gama e Silva, ao Chefe da 1.ª Secção José Joaquim Rodrigues Martins, e ao Conferente da mesma Repartição Felipe Pereira Marinho Falcão e Mello, um anno de licença com os respectivos vencimentos para tratarem de sua saúde onde lhes convier.

LEIS DE 1866. PARTE 1.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

João da Silva Carrão, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em treze de Julho de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João da Silva Carrão.

João Lustosa da Cunha Paranaguá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 17 de Agosto de 1866.—O Director Geral interino, *José da Cunha Barbosa*. — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda em 20 de Agosto de 1866 —*José Sercriano da Rocha*.



DECRETO N. 1319—DE 13 DE JULHO DE 1866.

Autoriza o Governo a conceder um anno de licença ao 4.º Escriptuario da Alfandega do Maranhão Odorico Sena Cardoso.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a conceder ao 4.º Escriptuario da Alfandega do Maranhão, Odorico Sena Cardoso, um anno de licença com os respectivos vencimentos para tratar de sua saude onde lhe convier.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

João da Silva Carrão, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e

Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em treze de Julho de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João da Silva Carrão.

João Lustosa da Cunha Paranaguá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 17 de Agosto de 1866.—O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda em 20 de Agosto de 1866.—*José Sereciano da Rocha*.



DECRETO N. 1320—DE 13 DE JULHO DE 1866.

Autoriza o Governo a conceder tres annos de licença a Antonio Botelho Pinto de Mesquita Junior, Corretor Geral da praça do Recife, Provincia de Pernambuco.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a conceder a Antonio Botelho Pinto de Mesquita Junior, Corretor geral da praça do Recife, Provincia de Pernambuco, tres annos de licença, para tratar de sua saude onde lhe fôr mais conveniente.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

João da Silva Carrão, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de

Janeiro em treze de Julho de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João da Silva Carrão.

João Lustosa da Cunha Paranaguá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 17 de Agosto de 1866.— O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*. — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda em 20 de Agosto de 1866.— *José Sereiano da Rocha*.



DECRETO N. 4321 — DE 13 DE JULHO DE 1866.

Autoriza o Governo a conceder um anno de licença ao Chefe de Secção da Alfandega da Côte Bento José Fernandes de Barros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a conceder ao Chefe de Secção da Alfandega da Côte Bento José Fernandes de Barros um anno de licença com os respectivos vencimentos, para tratar de sua saude onde lhe convier.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

João da Silva Carrão, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de

Janeiro em treze de Julho de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João da Silva Carrão.

João Lustosa da Cunha Paranaguá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 17 de Agosto de 1866.—O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda em 20 de Agosto de 1866.—*José Severiano da Rocha*.

DECRETO N. 1322—DE 13 DE JULHO DE 1866.

Autoriza o Governo para conceder a D. Maria Antonia da Conceição Pinto Leitão o gozo do montepio de seu finado pai o 1.º Tenente da Armada Antonio Joaquim Pinto.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Artigo unico. Fica o Governo autorizado para conceder a D. Maria Antonia da Conceição Pinto Leitão o gozo do montepio de seu finado pai o 1.º Tenente da Armada Antonio Joaquim Pinto, provando a agraçada a sua pobreza, e habilitando-se na forma da Legislação em vigor: revogadas as disposições em contrario.

João da Silva Carrão, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em treze de Julho de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João da Silva Carrão.

João Lustosa da Cunha Paranaguá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 17 de Agosto de 1866.—O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda em 20 de Agosto de 1866.—*José Severiano da Rocha*.

DECRETO N. 4323—DE 20 DE JULHO DE 1866.

Autoriza o Governo para mandar passar carta de naturalização de cidadão Brasileiro ao subdito portuguez Manoel José Esteves, e outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral.

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a conceder carta de naturalização de cidadão Brasileiro aos subditos portuguezes Manoel José Esteves, e José Gusmão da Silva Amaral, residentes, o primeiro na Cidade de Belem, e o segundo na de Obidos, Provincia do Pará; Manoel Antonio de Araujo Guimarães, Antonio da Rosa, João de Magalhães Pinho Leão, José Rodrigues de Azevedo, José Alves da Rocha, Antonio Dias da Silva, e Antonio Francisco Corrêa, residentes nesta Côrte; José Joaquim Gonçalves Maia, José Maria Baltha, Antonio Augusto da Silva e Souza, e Francisco de Souza Menezes, residentes na Provincia do Rio de Janeiro, Francisco Pinto da Fonseca Bastos, Manoel José Cordeiro, Padre Antonio Luiz Maria de Freitas, Francisco Antunes da Silva Guimarães, José Paulino de Sampaio, João Francisco Pinheiro, Joaquim da Silva Braga Breyner, e José Maria Mello de Freitas, residentes na Provincia de Minas Geraes; Manoel de Almeida, e José Joaquim Rodrigues, residentes na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul; José Bento Gonçalves Bastos, residente na Provincia do Maranhão; Manoel de Mello Costa, e Francisco Marques Pirralho, residentes na Provincia do Ceará; Francisco Machado Vieira, residente ha trinta annos no Impe-

rio; Antonio Caetano Maciel, e Francisco Pereira; ao subdito sueco Henrique Lemon, residente no Brasil ha doze annos; ao subdito belga Camille de Groote, residente nesta Côrte; ao subdito italiano Padre Luiz Arcieri, residente na Provincia de Minas Geraes; ao subdito inglez Santiago James Braz, residente na Provincia do Paraná; ao subdito prussiano Fernando Telmidt, residente na Provincia do Espirito Santo; e finalmente aos norte-americanos Joseph Littleberry, e Albert Edwards.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Interior, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em vinte de Julho de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.

José Thomaz Nabuco de Araújo.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 23 de Julho de 1866. — O Director Geral interino, *José da Cunha Pacheco*. — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 23 de Julho de 1866. — *Fausto Augusto de Aguiar*.



DECRETO N. 1324 --- DE 20 DE JULHO DE 1866.

Dispensa o Capitão Francisco Antonio de Carvalho de embolsar ao Thesouro a quantia de 730\$000, que recebeu quando foi mandado para Mato Grosso.

Hei por bem Sanceionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral.

Art. 1.º O Capitão Francisco Antonio de Carvalho fica dispensado de embolsar ao Thesouro a quantia

de setecentos e cinquenta mil réis, importancia das vantagens, que recebeu, quando foi mandado marchar para Mato Grosso.

Art. 2.º Ao mesmo Capitão seja restituída qualquer quantia com que, por conta desses setecentos e cinquenta mil réis, já tenha entrado para o Thesouro.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Angelo Moniz da Silva Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte de Julho de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Angelo Moniz da Silva Ferraz.

José Thomaz Nabuco de Araújo.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 24 de Julho de 1866. — O Director Geral Interino, *José da Cunha Barbosa*. — Registrado.

Publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra em 26 de Julho de 1866. — *Marianno Carlos de Souza Corrêa*.

DECRETO N. 1323—DE 27 DE JULHO DE 1866.

Autoriza o Governo a conceder carta de naturalização de cidadão Brasileiro ao subdito Portuguez Padre José Leite Mendes de Almeida, e outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a conceder carta de naturalização de cidadão Brasileiro aos subditos Portuguezes Padre José Leite Mendes de Almeida, residente na Provincia do Rio de Janeiro; Dr. Joa-

quim Ferreira dos Santos Lima, Francisco Ferreira da Cunha, e Antonio de Siqueira, residente nesta Corte; João Pereira Elias Amarante, residente na Província de Minas; José Caetano da Silva Barros, residente na Província de S. Paulo; Antonio Joaquim Marques de Carvalho, residente na Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul; Antonio Luiz Soares, residente na Província do Maranhão; Damasceno Gomes dos Santos, José Gusmão da Silva Amaral; e ao subdito Belga Jacobus Verbist, residente nesta Corte; e ao subdito italiano Padre Bernardino Jorge, residente na Província do Rio de Janeiro; e finalmente ao Norte-Americano Arthur Mortimer Hauser.

Art. 2.^o Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte sete de Julho de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.

João Lustosa da Cunha Paranaguá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 44 de Agosto de 1866.—O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 22 de Agosto de 1866.—*Fausto Augusto de Aguiar*.



DECRETO N. 1329 — DE 27 DE JULHO DE 1866.

Approva a pensão de 428000 mensaes concedida a D. Anna Joaquina de Carvalho Pacheco.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica approvada a pensão de quarenta e dous mil réis mensaes, concedida por Decreto de oito de Junho do corrente anno a D. Anna Joaquina de Carvalho Pacheco, mãe do Tenente Antonio Pacheco de Carvalho, morto em combate.

Art. 2.º Esta pensão será paga desde a data da respectiva concessão.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em vinte sete de Julho do mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Realidade de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.

João Lustoza da Cunha Paranaguá.

Sellado na Chancellaria do Imperio em 14 de Agosto de 1866. — O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 16 de Agosto de 1866. — *Paesto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 1327—DE 27 DE JULHO DE 1866

Approva a pensão annual de 720\$000, concedida por Decreto de 7 de Maio deste anno a D. Anna Thereza Vassimon, repartidamente com suas filhas solteiras D. Francisca de Vassimon, e D. Guilhermina de Vassimon.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica approvada a pensão de setecentos e vinte mil réis annuaes, concedida por Decreto de quatro de Maio deste anno a D. Anna Thereza de Vassimon, repartidamente com suas filhas solteiras D. Francisca de Vassimon, e D. Guilhermina de Vassimon, mãe e irmãs do Primeiro Tenente da Armada Francisco Antonio de Vassimon, morto em combate.

Art. 2.º Esta pensão será paga desde a data do referido Decreto.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assina o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte sete de Julho de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independência e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.

João Lustosa da Cunha Paranaguá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 14 de Agosto de 1866.—O Director Geral interino, *João de Cunha Barbosa*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 22 de Agosto de 1866.—*Fausto Augusto de Azeite*.

DECRETO N. 4328 -- DE 10 DE AGOSTO DE 1866.

Approva as pensões concedidas a D. Feliciano de Alencastro Pitanga, a D. Maria Francisca da Silva Gomes, a Luiz Antonio da Rocha, e Manoel Athanazio Bispo.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Ficão approvadas as pensões concedidas, pelos Decretos de 4 de Maio do corrente anno, a D. Feliciano de Alencastro Pitanga, viuva do 1.º Cirurgião Dr. José Augusto de Souza Pitanga, da quantia de quarenta e seis mil e seiscientos réis mensaes, a que fica elevada a pensão de trinta mil réis mensaes, que lhe foi concedida por Decreto de 20 de Abril do mesmo anno, sem prejuizo do meio soldo que lhe competir em virtude da Lei n.º 4220 de 20 de Julho 1864; a D. Maria Francisca da Silva Gomes, viuva do Capitão do Corpo Policial da Provincia da Bahia, Ireneu Gentil Gomes, morto em consequencia de molestia adquirida em campanha, da quantia de trinta mil réis mensaes; a Luiz Antonio da Rocha e a Manoel Athanazio Bispo, soldados do 2.º Batalhão de infantaria, feridos em combate, da de quatrocentos réis diarios a cada um.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas desde a data das respectivas concessões.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

José Joaquim Fernandes Torres, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dez de Agosto de mil oitocentos sessenta e seis; quadragesimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Joaquim Fernandes Torres.

João Lustosa da Cunha Paranaguá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 41 de Agosto de 1866.—O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 22 de Agosto de 1866. — *Fausto Amarello de Aguiar.*

DECRETO N. 1329 — DE 47 DE AGOSTO DE 1866.

Manda continuar em vigor para a proxima seguinte Legislação o Decreto n. 672 de 13 de Setembro de 1852 que marca o subsidio dos Deputados á Assembléa Geral.

Hei por bem Sancionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 4.º Continúa em vigor para a proxima seguinte Legislatura a lei n. 672 de 13 de Setembro de 1852, que marcou o subsidio dos Deputados á Assembléa Geral.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

José Joaquim Fernandes Torres, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezasete de Agosto de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Joaquim Fernandes Torres.

João Lustozu da Cunha Paranaguá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 27 de Agosto de 1866.— O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 29 de Agosto de 1866.—*Fausto Augusto de Aguiar.*

LEI N. 1330 — DE 24 DE AGOSTO DE 1866.

Concede ao Ministerio da Marinha um credito supplementar, e autoriza o Governo para fazer as necessarias operações de credito.

Dom Pedro II, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil. Fazemos saber a todos os nossos subditos que a Assembléa Geral Decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte.

Art. 1.º Além das sommas votadas pelas Leis n.ºs 1244 e 1243 de 26 e 28 de Junho de 1865, para occorrer ás despesas do Ministerio da Marinha, no exercicio de 1865—1866, fica aberto ao mesmo Ministerio o credito supplementar de 4.984:857\$989, que será distribuido pelos seguintes paragraphos do art. 5.º da Lei do Orçamento vigente, n.º 1243 acima citada.

§ 12. Arsenaes.....	394:137\$747
§ 21. Material.....	4.452:573\$636
§ 23. Eventuaes.....	438:446\$636
	<hr/>
	4.984:857\$989
	<hr/>

Art. 2.º O Governo, para despende com os serviços de que trata o artigo antecedente, fica autorizado a fazer as operações de credito, que julgar conveniente, dentro ou fóra do Imperio.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir e guardar tão inteiramente, como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos vinte quatro de Agosto de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR com Rubrica e Guarda.

Luciano de Góes e Vasconcellos.

Carta de Lei pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral Legislativa, que Houve por bem Sanccionar, concedendo ao Ministerio da Marinha um credito supplementar, e autorizando o Governo para fazer as necessarias operações de credito.

Para Vossa Magestade Imperial ver. .

Carlos Augusto de Sá a fez.

João Lustosa da Cunha Paranaguá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 29 de Agosto de 1866.—O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.—Registrada.

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda em 3 de Setembro de 1866.—*José Severiano da Rocha*.—Registrada na mesma Secretaria.— O 2.º Official, *Carlos Prospero Ratton*.



LEI N. 4331 — DE 24 DE AGOSTO DE 1866.

Abre ao Governo um credito extraordinario para despezas do Ministerio da Guerra, e o autoriza para emittir Apolices da Divida Publica do valor de duzentos mil réis.

Dom Pedro II, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil. Fazemos saber a todos os Nossos subditos que a Assembléa Geral Decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte.

Art. 1.º E' aberto ao Governo um credito extraordinario da quantia de 20.210:000\$000, que o Ministro da Repartição dos Negocios da Guerra poderá despende com os serviços abaixo indicados :

Juntas militares de Justiça e Auditores.	50:000\$000
Arsenaes de Guerra e Armazens de artigos bellicos.....	5.000:000\$000
Corpo de Saúde e Hospitaes.....	500:000\$000
Quadro do Exercito.....	6.000:000\$000

Gratificações diversas e ajudas de	
custo.....	6.000:000\$000
Obras Militares.....	500:000\$000
Diversas despesas e eventuaes.....	2.000:000\$000
Repartição de Fazenda.....	160:000\$000

Art. 2.º As despesas decretadas nesta Lei serão levadas á conta dos exercícios em que ellas se effectuarem.

Art. 3.º Para occorrer ás despesas acima decretadas, o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda é autorizado a fazer as operações de credito, que julgar convenientes, dentro ou fóra do Imperio.

Art. 4.º O Governo fica autorizado para emittir Apolices da Divida Publica do valor de duzentos mil réis. Tanto estas como as de valores superiores poderão ser nominativas ou ao portador, á vontade dos tomadores, sendo as ultimas transferíveis por tradição. As primeiras poderão ser substituidas pelas segundas, e vice-versa, á vontade dos possuidores.

Art. 5.º Revogão-se as disposições em contrario.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir e guardar tão inteiramente, como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos vinte quatro de Agosto de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR com Rubrica e Guarda.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

Carta de Lei pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral Legislativa, que Houve por bem Sanccionar, abrindo ao Governo um credito extraordinario para despesas do Ministerio da Guerra, e autorizando-o para emittir Apolices da Divida Publica do valor de duzentos mil réis.

Para Vossa Magestade Imperial ver.

Carlos Augusto de Sá a fez.

João Lustosa da Cunha Paramaguá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 29 de Agosto de 1866.—O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.—Registrada.

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda em 3 de Setembro de 1866.—*José Severiano da Rocha*.



DECRETO N. 1332 — DE 24 DE AGOSTO DE 1866.

Autoriza o Governo a conceder um anno de licença ao Primeiro Conferente da Alfandega da Côrte Martiniano Severo de Barros.

Hei por bem Sancionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 4.º Fica o Governo autorizado a conceder ao Primeiro Conferente da Alfandega da Côrte, Martiniano Severo de Barros, um anno de licença com os respectivos vencimentos para tratar de sua saúde onde lhe convier.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro aos vinte quatro de Agosto de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

João Lustoza da Cunha Paranaguá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 29 de Agosto de 1866.—O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda em 30 de Agosto de 1866 —*José Severiano da Rocha*

DECRETO N. 1333 — DE 24 DE AGOSTO DE 1866.

Autoriza ao Governo a conceder carta de naturalisação de Cidadão Brasileiro aos subditos portuguezes José Luiz de Souza, e outros.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a conceder carta de naturalização de Cidadão Brasileiro aos subditos portuguezes José Luiz de Souza, e Antonio Ribeiro de Passos, residentes na Provincia do Rio de Janeiro; Francisco José Martins de Oliveira, Horacio Carlos de Montreuil, José Marques Coelho Sobrinho, e José André Pereira, residentes nesta Côrte; Manoel Garcia da Rosa Terra, e João da Motta Teixeira, residentes na Provincia de Minas Geraes; Padre Antonio Lourenço Cardoso, residente na Provincia de S. Paulo; Padre João Manoel Pereira, residente na Provincia do Paraná; Padre Maximiano Custodio de Queiroz, residente na Provincia de Espirito Santo; Augusto Henrique Móra, residente na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul; Manoel de Almeida Nogueira, e Antonio da Silva Aboim, residentes na Provincia das Alagôas; Francisco da Silva Barros, Manoel Alves do Príncipe e Silva; ao subdito italiano Dr. Antonio Lazarini, residente nesta Côrte; aos subditos allemães Carlos Gottlob Wiclaud, e Mauricio Schevartz, residentes na Provincia do Paraná; a Charles Lemaître Teste, residente na Provincia da Bahia; e finalmente ao Argentino José Felix Hidalgo, residente na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

José Joaquim Fernandes Torres, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em vinte quatro de Agosto de mil oitocentos sessenta e seis, quadregésimo quinto da Independencia e do Imperio.

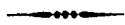
Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Joaquim Fernandes Torres.

João Lustosa da Cunha Paranaguá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 27 de Agosto de 1866.—O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 28 de Agosto de 1866.—*Fausto Augusto de Aguiar*.



DECRETO N. 1334 — DE 24 DE AGOSTO DE 1866.

Approva as pensões concedidas ao Tenente reformado do Exército Manoel Verissimo da Silva e outros.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões : de trezentos e sessenta mil réis annuaes, concedida por Decreto de dous de Outubro de mil oitocentos sessenta e cinco, ao Tenente reformado do exercito Manoel Verissimo da Silva, ferido em combate, sem prejuizo do soldo que por Lei lhe compete; e de quatrocentos réis diarios, concedida por Decreto de vinte nove de Novembro do mesmo anno, ao soldado do terceiro Batalhão de Infantaria Manoel José de Oliveira, ferido em combate; de igual quantia, concedida por Decreto de treze de Janeiro ultimo, ao soldado do Batalhão Naval, Antonio Francisco da Cunha; de igual quantia, concedida por Decretos de vinte um de Fevereiro ultimo, ao soldado do decimo segundo Batalhão de Infantaria, Luiz Joaquim, ao soldado do decimo quinto Batalhão de infantaria, José Joaquim de Santa Anna, ao soldado do nono Batalhão de Infantaria, Francisco Borges da Silva, ao soldado do mesmo Batalhão, Ignacio Francisco de Lima, ao soldado do sexto dito, Honorio José dos Santos, ao soldado do decimo segundo dito, Victorino Gomes de Andrade, ao soldado do decimo terceiro dito, José da Costa, ao soldado do mesmo Batalhão, Florentino Antonio do Espirito Santo, ao soldado do primeiro dito, Alexandre José da Silva.

ao soldado do nono dito, José Antonio de Faria, ao soldado do decimo segundo dito, João Adriano Gonçalves, ao soldado do mesmo Batalhão, Marcolino Agostinho, ao soldado do nono dito, Manoel Thimoteo Ferreira, ao soldado do primeiro dito, Manoel Alves de Lima, ao soldado do quarto dito, Manoel Antonio Pereira; a de quinhentos réis diários, concedida por Decreto de vinte um de Fevereiro de mil oitocentos sessenta e seis, ao Anspeçada do primeiro Batalhão de Infantaria, Antonio José da Paixão, e a de quatrocentos réis diários, concedida por Decreto de nove de Março de mil oitocentos sessenta e seis, ás praças do decimo sexto Corpo provisório da Guarda Nacional da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Rufino Bastarrachea e Ildefonso José da Assumpção, todos feridos em combate; de quinhentos réis diários, concedida por Decreto de vinte quatro de Fevereiro ultimo, ao primeiro Sargento, Canuto Candido Ramos; de quatrocentos réis diários, concedida por Decreto de dez do mesmo mez, ao soldado do nono Batalhão de Infantaria, Manoel Claudio de Santa Anna; a de quinhentos réis diários ao Anspeçada reformado, José Domingues de Oliveira; a de quatrocentos réis diários ao ex-soldado do nono Batalhão da Guarda Nacional da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Antonio Francisco da Cruz; de igual quantia, concedida por Decreto de vinte sete de Janeiro ultimo, ao soldado João Francisco da Cruz; do terceiro Batalhão de Infantaria, de igual quantia, concedida por Decreto de dezaseis de Dezembro de mil oitocentos sessenta e cinco ao soldado do sexto dito, Joaquim José de Santa Anna; de quinhentos e vinte réis diários, concedida por Decreto da mesma data, ao Tambôr do sexto Batalhão de Infantaria, Marianno Joaquim da Costa; a de quatrocentos réis diários, concedida por Decreto de dez de Janeiro ultimo ao soldado do decimo segundo dito, Joaquim dos Santos Paranaguá; de igual quantia, concedida por Decreto de treze do mesmo mez ao soldado do dito Batalhão, Victoriano Gomes de Andrade e ao soldado do nono Manoel da Costa Guimarães, tendo sido todos os agraciados feridos e mutilados em combate.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas desde a data dos respectivos Decretos.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario

José Joaquim Fernandes Torres, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em vinte quatro de Agosto de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Joaquim Fernandes Torres.
João Lustosa da Cunha Paranaguá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 27 de Agosto de 1866.—O Director Geral inteirino, *José da Cunha Barboza*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 28 de Agosto de 1866.—*Fausto Augusto de Aguiar*.



DECRETO N. 4333 — DE 24 DE AGOSTO DE 1866.

Approva a pensão concedida por Decreto de 24 de Setembro de 1863 a D. Maria José de Sá Ferraz, e a sua filha menor.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica approvada a pensão concedida por Decreto de 24 de Setembro de 1863 a D. Maria José de Sá Ferraz, e a sua filha menor, sendo a dita pensão igual ao respectivo meio-soldo, sem prejuizo do que por lei competir ás agraciadas.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

José Joaquim Fernandes Torres, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em vinte

quatro de Agosto de mil oitocentos sessenta e seis, quadragesimo quinto da Independencia e do Imperio.

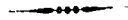
Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Joaquim Fernandes Torres.

João Lustoza da Cunha Paranaguá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 27 de Agosto de 1866.—O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 28 de Agosto de 1866.—*Fausto Augusto de Aguiar*.



DECRETO N. 1336 — DE 24 DE AGOSTO DE 1866.

Approva a pensão de 128000 mensaes, concedida ao ex-Imperial Marinheiro José Joaquim Gonçalves.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica approvada a pensão de doze mil réis mensaes, concedida por Decreto de 8 de Junho de 1866 ao ex-Imperial Marinheiro José Joaquim Gonçalves, por se achar invalido, e não poder procurar os meios de sua subsistencia; devendo esta pensão ser paga desde a data do respectivo Decreto.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

José Joaquim Fernandes Torres, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte quatro de Agosto de mil oitocentos sessenta e seis, quadragesimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Joaquim Fernandes Torres.

João Lustoza da Cunha Paranaguá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 27 de Agosto de 1866.—O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 28 de Agosto de 1866.—*Fausto Augusto de Aguiar*.

DECRETO N. 4337 — DE 24 DE AGOSTO DE 1866.

Approva a pensão de 128000 mensaes concedida ao Imperial Marinheiro João Januario da Cunha.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica approvada a pensão de doze mil réis mensaes, concedida por Decreto de oito de Junho de mil oitocentos sessenta e seis ao Imperial Marinheiro João Januario da Cunha; por ter ficado aleijado da mão direita no combate de Riachuelo.

Art. 2.º Esta pensão será paga desde a data do respectivo Decreto.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

José Joaquim Fernandes Torres, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte quatro de Agosto de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Joaquim Fernandes Torres.

João Lustosa da Cunha Paranaguá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 27 de Agosto de 1866.—O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 28 de Agosto de 1866.—*Fausto Augusto de Aguiar*.

DECRETO N. 1338 — DE 24 DE AGOSTO DE 1866.

Approva a pensão concedida a D. Placida Isás Calderon, filha legítima do fúado Brigadeiro D. Bonifacio Isás Calderon, igual ao meio soldo que percebia este Official.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica approvada a pensão concedida por Decreto de vinte quatro de Setembro de mil oitocentos sessenta e cinco a D. Placida Isás Calderon, filha legítima do Brigadeiro D. Bonifacio Isás Calderon, sendo a dita pensão igual ao meio soldo que percebia este Official, sem prejuizo do que por lei competir á agraciada.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

José Joaquim Fernandes Torres, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte quatro de Agosto de mil oitocentos sessenta e seis, quadragesimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Joaquim Fernandes Torres.

João Lustoza da Cunha Paranaguá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 27 de Agosto de 1866.— O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 28 de Agosto de 1866.— *Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 1339 — DE 24 DE AGOSTO DE 1866.

Approva as pensões concedidas a D. Emerenciana Arcília Silveira de Carvalho, a Feliciano José da Cunha, praça da marinhagem da canhoneira *Mearim*; a D. Mathildes Ermelinda Helena Roulino Rabello, e a D. Maria Manoela Mousinho.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Ficão approvadas as pensões concedidas pelos Decretos de 15 de Junho do corrente anno a D. Emerenciana Arcília Silveira de Carvalho, viuva do Capitão do 4.º Batalhão de infantaria João Baptista Lopes de Carvalho, morto em campanha, da quantia de trinta mil réis mensaes, sem prejuizo do meio soldo que por lei lhe competir; a Feliciano José da Cunha, praça da marinhagem da canhoneira *Mearim*, mutilado em combate, da quantia de doze mil réis mensaes; pelos Decretos de 22 do dito mez a D. Mathildes Ermelinda Helena Roulino Rabello, viuva do Major do 3.º batalhão de artilharia a pé Antonio Maria Rabello, morto em campanha, da quantia de quarenta e dous mil réis mensaes, sem prejuizo do meio soldo que lhe competir; a D. Maria Manoela Mousinho, viuva do Tenente João Christovão Mousinho, e mãe do Capitão do 4.º Batalhão de infantaria Manoel Jorge Mousinho, morto em campanha, da quantia de trinta mil réis mensaes, sem prejuizo do que por lei lhe competir.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas desde as datas das respectivas concessões.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

José Joaquim Fernandes Torres, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte quatro de Agosto de mil oitocentos sessenta e seis, quadragesimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Joaquim Fernandes Torres.

João Lustoza da Cunha Paranaguá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 24 de Agosto de 1866.—O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 3 de Setembro de 1866. — *Fausto Augusto de Aguiar*.

DECRETO N. 1340 — DE 24 DE AGOSTO DE 1866.

Autoriza o Governo a subscrever até mil exemplares da Chorographia Historica, Chronographica, Genealogica, Nobiliaria e Politica do Imperio do Brasil, pelo Dr. Mello Moraes.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assemblêa Geral.

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a subscrever a Chorographia Historica, Chronographica, Genealogica, Nobiliaria e Politica do Imperio do Brasil, pelo Dr. Mello Moraes.

Art. 2.º Essa subscripção não excederá de mil exemplares ou assignaturas, que serão divididos pelas Bibliothecas publicas, Secretarias de Estado e dos Governos nas Provincias.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

José Joaquim Fernandes Torres, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte quatro de Agosto de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Joaquim Fernandes Torres.

João Lustoza da Cunha Paranaguá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em o 4.º de Setembro de 1866. — O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*. — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 4 de Setembro de 1866. — *Fausto Augusto de Aguiar*.

DECRETO N. 1344 — DE 24 DE AGOSTO DE 1866.

Autoriza diversas providencias em favor dos lentes e oppositores das Faculdades de medicina, e dos estudantes das faculdades do Imperio, e das escolas militar, central e de marinha que forão ou forem servir na guerra contra o Paraguay.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral.

Art. 1.º O governo fica autorizado.

§ 1.º A dispensar aos estudantes das faculdades do Imperio, e das escolas militar, central e de marinha, que forão ou forem para a guerra contra o Paraguay, as faltas por esse motivo dadas nessas Faculdades e Escolas.

§ 2.º A mandar admittil-os a exame das materias que frequentarão o anno passado.

§ 3.º A conceder-lhes matriculas do presente anno, dispensadas as faltas que no mesmo houverem dado.

Art. 2.º O governo fica igualmente autorizado a fazer recolher ás suas faculdades e escolas os estudantes de que trata o artigo antecedente, que o requererem, não sendo militares, ou não estando a servir por contracto.

Art. 3.º Poderão pertencer, se o requererem, ao corpo de saude do exercito e armada os estudantes do 5.º e 6.º anno medico empregados actualmente no serviço do mesmo exercito em campanha.

Art. 4.º Serão empregados de preferencia, nas Provincias, onde estão assentadas as Faculdades de medicina para completarem seus estudos e obterem

os respectivos titulos, os estudantes de que trata o art. 3.º

Art. 5.º Terão pela presente lei preferencia para cathedratico ou oppositor nas vagas, que se derem nas respectivas Faculdades, com igualdade de approvação em concurso, d'entre os candidatos o que apresentar documentos de serviço na guerra actual e d'entre estes o que offerecer documento de mais valiosos serviços de campanha.

Art. 6.º Ficão desde já suspensos os concursos das Faculdades medicas até que se termine a guerra.

Art. 7.º Ficão com direito á jubilação com seus ordenados e gratificações, logo que contem vinte annos de magisterio, os professores cathedraticos e oppositores das Faculdades de medicina que estiverem prestando, e os que forem prestar serviços medicos no exercito em operações contra o Paraguay.

Art. 8.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

José Joaquim Fernandes Torres, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte quatro de Agosto de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Joaquim Fernandes Torres.

João Lustoza da Cunha Paranaguá.

Transitou na chancellaria do Imperio em o 1.º de Setembro de 1866. — O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 3 de Setembro de 1866. — *Fausto Augusto de Aguiar.*



DECRETO N. 1342 — DE 31 DE AGOSTO DE 1866.

Releva José Lourenço de Brito e Miguel Henrique de Paiva do pagamento dos juros que devem a Fazenda Publica.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Ficão relevados José Lourenço de Brito e Miguel Henrique de Paiva do pagamento dos juros que deym á Fazenda Publica, e extinta a divida e a execução contra os mesmos promovida, revertendo para o Thesouro Publico, como pagamento da dizima, averbamento de sellos e despesas judiciarias, o saldo que se verifica em favor dos referidos executados.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar, Palacio do Rio de Janeiro aos trinta e um de Agosto de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

João Lustoza da Cunha Paranaguá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 3 de Setembro de 1866.—O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda em 4 de Setembro de 1866.—*José Severiano Rocha*.

DECRETO N. 4343 — DE 31 DE AGOSTO DE 1866.

Autoriza o Governo a conceder um anno de licença com o respectivo ordenado ao 2.º Official da Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, João Pinheiro Guimarães, para tratar de sua saúde onde lhe convier.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a conceder ao 2.º Official da Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, João Pinheiro Guimarães, um anno de licença com o respectivo ordenado, para tratar de sua saúde onde lhe convier.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Martim Francisco Ribeiro de Andrada, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em trinta e um de Agosto de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Império.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Martim Francisco Ribeiro de Andrada.

João Lustosa da Cunha Paranaguá.

Transitou na Chacellaria do Imperio em 14 de Setembro de 1866.— O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros em 14 de Setembro de 1866.—O Director Geral, *Joaquim Thomaz do Amaral.*

DECRETO N. 1344—DE 31 DE AGOSTO DE 1866.

Approva com modificações o contracto celebrado em 22 de Agosto de 1860 entre o Governo Imperial e o Barão de S. Lourenço para a navegação a vapor do curso do rio de S. Francisco inferior á cachoeira de Paulo Affonso, transferido pelo mesmo Barão á Companhia Bahiana de navegação por vapor.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica approvedo o contracto celebrado a 22 de Agosto de 1860 entre o Governo Imperial e o Barão de S. Lourenço para a navegação a vapor do curso do rio de S. Francisco inferior á cachoeira de Paulo Affonso, transferido pelo mesmo Barão á Companhia Bahiana de navegação por vapor, com as seguintes modificações :

1.ª A dita navegação estender-se-ha além da Villa do Pão de Assucar até o porto de Piranhas, com escala pelos portos que o Governo designar.

2.ª O numero de viagens do contracto seja elevado a quatro.

3.ª O prazo de 60 dias, de que tratão as condições 3.ª e 7.ª do mesmo contracto, será elevado a quatro mezes.

4.ª A tabella dos preços das passagens de viajantes e do transporte de cargas, de que trata a condição 4.ª poderá ser alterada pelo Governo de tres em tres annos, do modo que seja igual ás identicas das outras Companhias de navegação fluvial.

5.ª A base para o calculo da tabella de que faz menção a condição 4.ª será o preço da navegação actualmente usada no mesmo rio.

6.ª A subvenção de 30:000\$000, estipulada na condição 12.ª, seja elevada a 40:000\$000.

7.ª O Governo poderá diminuir as multas estipuladas na clausula 13.ª do mesmo contracto.

§ 1.º A navegação far-se-ha por meio de vapores especialmente construidos para passageiros, e que possão rebocar barcas para o transporte de mercadorias, conforme os ultimos melhoramentos da arte.

§ 2.º O Governo poderá contractar o serviço, de que trata este artigo, segundo as bases nelle mencionadas, com outro Emprezarario ou Companhia, se não parecer habilitada para isso a Companhia de navegação por vapor Bahiana.

Art. 2.º E' o Governo autorizado :

§ 1.º Para desde já mandar abrir estradas entre os portos de uma e outra margem do curso inferior do rio de S. Francisco e os Municipios centraes productores de algodão, e entre Piranhas e o ponto mais proximo, em que começa a navegação além da cachoeira de Paulo Afonso. A despesa necessaria será feita á custa da consignação decretada na Lei do Orçamento para obras publicas geraes e auxilio ás provinciaes do exercicio em que a dita despesa se effectuar.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Manoel Pinto de Souza Dantas, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em trinta e um de Agosto de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Manoel Pinto de Souza Dantas.

João Lustoza da Cunha Paranaquá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 11 de Setembro de 1866. — O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 11 de Setembro de 1866. — *José Agostinho Moreira Guimarães.*

DECRETO N. 1345 — DE 31 DE AGOSTO DE 1866.

Autoriza o Governo a promover os officiaes subalternos do quadro do exercito, que, tendo marchado para a campanha, não puderão concluir os respectivos estudos.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a promover os officiaes subalternos do quadro do Exercito que, por terem marchado para a campanha contra o Paraguay, não puderão concluir os respectivos estudos, sendo dispensadas estas habilitações emquanto estiverem empregados no serviço da mesma campanha.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

Angelo Moniz da Silva Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em trinta e um de Agosto de mil oitocentos sessenta e seis, quadragesimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Angelo Moniz da Silva Ferraz.

João Lustosa da Cunha Paranaguá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 5 de Setembro de 1866.— O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza.*

Publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra em 11 de Setembro de 1866.— *Marianno Carlos de Souza Corrêa.*



DECRETO N. 4346 — DE 6 DE SETEMBRO DE 1866.

Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com todos os vencimentos, ao Amanuense da Secretaria do Imperio Egydio Gonçalves dos Reis, para tratar de sua saude onde lhe convier.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 4.º Fica o Governo autorizado a conceder um anno de licença, com todos os seus vencimentos, ao Amanuense da Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, Egydio Gonçalves dos Reis, para tratar de sua saude onde lhe convier.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

José Joaquim Fernandes Torres, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em seis de Setembro de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Joaquim Fernandes Torres.

João Lustoza da Cunha Paranaguá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 22 de Setembro de 1866.—*André Augusto de Padua Fleury.*
— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 28 de Setembro de 1866.—*Fausto Augusto de Aguiar.*



DECRETO N. 1347 — DE 6 DE SETEMBRO DE 1866.

Autoriza o Governo a conceder um anno de licença ao Dr. José Ignacio Bahia, Administrador da Mesa de Rendas da Provincia da Bahia.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a conceder um anno de licença com todos os seus vencimentos ao Dr. José Ignacio Bahia, Administrador da Mesa de Rendas da Provincia da Bahia.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro aos seis de Setembro de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

João Lustosa da Cunha Paranaguá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 10 de Setembro de 1866.—O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda em 11 de Setembro de 1866.—*José Severiano da Rocha*.



DECRETO N. 1348 — DE 6 DE SETEMBRO DE 1866.

Isenta de direitos de importação os objectos destinados á empresa de navegação por vapor no rio Macabú e canal de Campos durante o tempo do privilegio.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Ficão isentos de direitos de importação os objectos destinados á empresa de navegação por

vapor no rio Macabú e canal de Campos durante o tempo do privilegio.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Manoel Pinto de Souza Dantas, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em seis de Setembro de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Manoel Pinto de Souza Dantas.

João Lustosa da Cunha Paranaguá.

Sellado na Chancellaria do Imperio em 17 de Setembro de 1866.— *André Augusto de Padua Fleury.*
— Registrado.

Publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 20 de Setembro de 1866.— O Director, *José Agostinho Moreira Guimarães.*

LEI N. 1349 — DE 12 DE SETEMBRO DE 1866.

Autoriza o Governo para innovar o accôrdo celebrado com o Banco do Brasil em virtude da Lei n.º 683 de 5 de Julho de 1853, e para modificar as disposições da mesma Lei, e as dos respectivos Estatutos.

D. Pedro II, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil. Fazemos saber a todos os Nossos Subditos que a Assembléa Geral Decretou e Nós Queremos a Lei seguinte.

Art. 1.º Fica o Governo autorizado, não só para innovar o accôrdo celebrado com o Banco do Brasil

em virtude da Lei n.º 683 de 5 de Julho de 1833, mas tambem para modificar as disposições da mesma Lei, e as dos Estatutos approvados pelo Decreto n.º 1223 de 31 de Agosto do mesmo anno, sob as seguintes condições.

§ 1.º O Banco cessará desde logo de emittir notas á vista e ao portador, mas poderá fazer as outras operações, que lhe permitem os seus estatutos, e empréstimos hypothecarios.

Para este fim será o Banco dividido em duas Repartições distinctas, posto que sob a mesma administração; e nem uma parte do capital, ou fundo de cada uma dellas, poderá ser applicada ás operações da outra.

§ 2.º A Repartição de hypothecas receberá, como fundo exclusivamente destinado para suas operações, a somma de trinta e cinco mil contos em titulos da carteira actual do Banco do Brasil, que mais proprios forem para ser convertidos em titulos hypothecarios.

As operações desta Repartição serão reguladas pelas disposições dos arts. 2.º e 13 da Lei n.º 1237 de 24 de Setembro de 1864.

A parte do referido fundo, que não fôr empregada em empréstimos hypothecarios, podel-o-ha ser em apolices da divida publica.

§ 3.º A deducção, de que trata o art. 40 dos Estatutos do Banco, será elevada a dezoito por cento dos lucros liquidos, e não cessará senão depois que o fundo de reserva attingir a trinta por cento do capital realzado do mesmo Banco.

§ 4.º O Governo pagará ao Banco não só a importancia do papel moeda resgatado na fórma dos arts. 2.º e 4.º da citada Lei de 5 de Julho de 1833, mas ainda a dos bilhetes ou letras do Thesouro que existirem na carteira do mesmo Banco.

A somma destas duas parcelas, e do producto dos metaes que o Banco tiver em caixa, será integralmente empregada em retirar da circulação igual valor de suas notas.

§ 5.º Para effectuar o pagamento mencionado no paragrapho antecedente, e bem assim o de outros bilhetes, ou letras do Thesouro, que existão na circulação, emittirá o Governo uma somma de papel moeda igual á das notas do Banco, que tiverem de ser resgatadas do modo prescripto na ultima parte do mesmo paragrapho.

§ 6.º As notas do Banco, que restarem na circulação, continuarão a ser recebidas, como até agora, nas estações publicas, e serão resgatadas annualmente pelo dito estabelecimento na razão de cinco a oito por cento de sua importancia primitiva.

Dentro destes limites o Governo, ouvida a administração do Banco, fixará cada anno a quota do resgate.

§ 7.º O serviço da emissão do Banco, e da guarda do material, que lhe pertence, será incumbido á Secção de substituição da Caixa da Amortização, e os empregados della que emittirem, ou consentirem que se emittão notas, que não sejam em substituição das que, por dilaceradas, ou por outros motivos, devão ser retiradas legalmente de circulação, serão punidos com as penas do art. 175 do Codigo Criminal.

Nas mesmas penas incorrerão os que fizerem sahir, ou consentirem que saia da Caixa da Amortização qualquer somma de papel moeda, a não ser por troco, ou por effectiva substituição, ou para ser entregue ao Thesouro em virtude de Lei, que autorize tal entrega.

§ 8.º A Assembléa Geral, logo que cessar o estado de guerra, assignará na Lei do Orçamento de cada exercicio a quantia que se terá de applicar ao resgate do papel moeda.

§ 9.º E' applicavel á substituição e resgate das notas do Banco do Brasil a disposição do art. 5.º da Lei n.º 54 de 6 de Outubro de 1835.

§ 10. O Governo em seus Regulamentos determinará os meios praticos de se levarem a effecto as disposições contidas neste artigo, e seus paragraphos.

Art. 2.º Trinta dias depois da data da promulgação desta Lei, ficará revogado o Decreto n.º 3307 de 14 de Setembro de 1864, si o Banco do Brasil não tiver annuido á innovação do seu contracto com o Governo, nos termos prescriptos pela mesma Lei.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir e guardar tão inteiramente coma nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda a faça imprimir,

publicar e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos doze de Setembro de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR Com Rubrica e Guarda.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

Carta de Lei pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Houve por bem Sanccionar, autorizando o Governo para innovar o accôrdo celebrado com o Banco do Brasil em virtude da Lei n.º 683 de 5 de Julho de 1853, e para modificar as disposições da mesma Lei, e as dos respectivos Estatutos.

Para Vossa Magestade Imperial ver.

Carlos Augusto de Sá a fez.

João Lustoza da Cunha Paranaguá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 13 de Setembro de 1866.— O Director Geral interino, *José da Cunha Barboza*.— Registrada.

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda em 13 de Setembro de 1866.— *José Severiano da Rocha*.

LEI N. 1350 — DE 14 DE SETEMBRO DE 1866.

Deroga o Juizo Arbitral necessario estabelecido pelo art. 20. titulo unico do Codigo Commercial.

Dom Pedro por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos subditos que Assembléa Geral Decretou e Nós Queremos a Lei seguinte.

Art. 1.º Fica derogado o Juízo Arbitral necessario, estabelecido pelo artigo vinte titulo unico do Codigo Commercial.

§ 1.º O Juízo Arbitral será sempre voluntario mediante o compromisso das partes.

§ 2.º Podem as partes autorizar os seus arbitros para julgarem por equidade independentemente das regras e fórmas de direito.

Art. 2.º Os processos começados antes desta Lei, estando já os arbitros nomeados, e tendo aceitado, continuarão a ser instruidos e julgados segundo o Codigo Commercial.

Art. 3.º O Governo dará o Regulamento necessario para execução desta Lei.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Justiça a faça imprimir publicar e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos quatorze de Setembro de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Lustoza da Cunha Paranaguá.

Carta de Lei pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Houve por bem Sancionar, derogando o Juízo Arbitral necessario estabelecido pelo art. 20, titulo unico do Codigo Commercial, na forma acima declarada.

Para Vossa Magestade Imperial ver.

Gustavo Adolpho da Silveira Reis a fez.

João Lustoza da Cunha Paranaguá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 26 de Setembro de 1866.— *André Augusto de Padua Fleury.*

DECRETO N. 1351 — DE 14 DE SETEMBRO DE 1866.

Sobre as despesas que nos orgamentos para os futuros exercicios devem ser especificadas em verbas distinctas.

Hei por bem Sancionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral.

Art. 1.º Nos orgamentos do Ministerio da Marinha para os futuros exercicios devem ser especificadas em verbas distinctas as seguintes despesas :

Armamento.
Munições de boca.
Munições navaes.
Munições de guerra.
Material de construcção naval.
Combustivel.
Obras civis e obras militares.

A despesa com o material, não especificada nas verbas do orgamento deste Ministerio, será addicionada a do pessoal dos respectivos serviços, fazendo-se a discriminação sómente nas tabellas demonstrativas dos credits pedidos pelo Governo.

A disposição deste artigo será também observada nos orgamentos do Ministerio da Guerra, no que lhe fôr applicavel, e especialmente a respeito das seguintes despesas :

Soldo e mais vencimentos dos Officiaes Generaes.
Idem dos Officiaes dos diversos Corpos do Exercito.
Soldo e gratificação das praças de pret.
Etapas, fardamento e equipamento.
Armamento.

O Governo, na distribuição dos credits já votados para os Ministerios da Marinha e da Guerra, terá em attenção os preceitos deste artigo.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Affonso Celso de Assis Figueiredo, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, o tenha assim entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em quatorze de Setembro de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independência e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Affonso Celso de Assis Figueiredo.

LEI N. 1352 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1866.

Abre ao Governo, no exercício de 1866 a 1867, um credito extraordinario da quantia de 47.433:466\$000 para despezas dos Ministerios da Marinha e Guerra, e da outras providencias.

Dom Pedro II, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos que a Assembléa Geral Decretou e Nós Queremos a Lei seguinte.

Art. 1.º E' aberto ao Governo, no exercício de mil oitocentos sessenta e seis a mil oitocentos sessenta e sete, um credito extraordinario da quantia de doza-seis mil quatrocentos trinta e tres contos quatrocentos oitenta e seis mil réis, o qual será distribuido pelos Ministerios da Marinha e Guerra.

Art. 2.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha é autorizado a despende a quantia de tres mil seiscientos sessenta e tres contos e quinhentos mil réis com os serviços indicados nos paragraphos seguintes:

1.º Arsenal.....	350:600\$000
2.º Força Naval.....	944:500\$000
3.º Material.....	1.969:000\$000
4.º Eventuaes.....	400:000\$000

Art. 3.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra é autorizado a despende a quantia de treze mil seiscientos sessenta e nove contos novecentos oitenta e seis mil réis, com os serviços indicados nos paragraphos seguintes:

1.º Conselho Supremo Militar.....	15:726\$000
2.º Arsenaes de Guerra, etc.....	3.221:448\$000
3.º Corpo de Saude e Hospitales....	493:853\$000
4.º Quadro do exercito.....	3.153:644\$000
5.º Comissões militares.....	32:711\$000
6.º Classes inactivas.....	233:424\$000
7.º Gratificações diversas.....	179:997\$000
8.º Fabricas.....	12:292\$000
9.º Obras militares.....	223:960\$000
10. Diversas despezas e eventuaes...	2.453:778\$000
11. Repartições de Fazenda.....	19:553\$000

Art. 4.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda é autorizado a fazer as operações de credito que julgar convenientes, dentro ou fora

do Imperio, a fim de occorrer ás despesas extraordinarias decretadas nos artigos antecedentes.

Art. 5.º Para haveras quantias de que trataõ, assim esta Lei como a de numero mil trez e ois trinta e um de vinte quatro de Agosto do corrente anno, fica o Governo autorizado a emittir Apolices da Divida Publica de duzentos mil réis a um cento de réis nos termos da Lei de quinze de Novembro de mil oitocentos vinte sete, e dos Regulamentos em vigor: sendo permittida a transferencia e o pagamento dos juros nas Thesourarias de Fazenda.

Art. 6.º Continuará em vigor no exercicio de mil oitocentos sessenta e sete a mil oitocentos sessenta e oito, a Resolução numero mil duzentos noventa e dois de quinze de Junho ultimo por espago de seis mezes, se antes não fôr promulgada a respectiva Lei do Orçamento.

Art. 7.º As fianças dos responsaveis á Fazenda Publica e Officiaes Publicos poderao ser garantidas com Apolices ou deposito de dinheiro na Corte e Provincias: pagando-se na respectiva Thesouraria de Fazenda em cada semestre os dividendos das mesmas Apolices, e do dinheiro o juro annual de seis por cento.

§ Unico. Esta disposição será permanente.

Art. 8.º Fica o Governo autorizado para reduzir, como fôr conveniente, as taxas da Tarifa especial da Alfandega de Curitiba na Provincia de Mato Grosso, podendo conceder por espago de cinco annos, depois de terminada a guerra actual, completa isenção dos direitos de consumo e de exportação.

Art. 9.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Mandamos portanto a todas as Autoridades a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer que a cumprão e faga cumprir, e guardem tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda a faga imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos dezanove de Setembro de mil oitocentos sessenta e sete, qua tragesimo quinto da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR com Rubrica e Guarda.

Zeferino dos Giles e Vasconcellos.

*Carta de Lei pela qual Vossa Magestade Imperial
Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que
Houve por bem Sanccionar, abrindo ao Governo no
exercício de mil oitocentos sessenta e seis a mil oito-
centos sessenta e sete, um credito extraordinario de
100.000 \$ 000.000 para os trabalhos dos Ministros da*

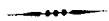
Pela Vossa Magestade Imperial.

Carlos Augusto de Sá a fez.

João Lustoza da Cunha Paranaquá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 20 de Setembro de 1866.—*André Augusto de Padua Fleury.*
—Registrada.

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda em 21 de Setembro de 1866.—*José Severiano da Rocha.*



DECRETO N. 1353 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1866.

Isenta de todo e qualquer direito de importação os objectos necessarios a execução dos trabalhos a cargo da Companhia de encanamento das aguas do Ceará.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Serão isentos de todo e qualquer direito de importação os objectos necessarios a execução dos trabalhos a cargo da Companhia de encanamento das aguas do Ceará.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do

Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro aos dezanove de Setembro de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 21 de Setembro de 1866.—*André Augusto de Padua Fleury.*
— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda em 22 de Setembro de 1866.—*José Severiano da Rocha.*



DECRETO N. 4354 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1866.

Isenta de todo e qualquer onus pecuniario as pensões concedidas pelo Governo as familias dos militares, e dos Officiaes e praças da Guarda Nacional, e Voluntarios da Patria, que morrerem na guerra contra o Paraguay.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Artigo unico. As pensões concedidas pelo Governo ás familias dos militares, e dos officiaes e praças da Guarda Nacional, e Voluntarios da Patria, que morrerem na guerra contra o Paraguay, serão isentas de todo e qualquer onus pecuniario, estabelecido pela legislação vigente, a titulo de direitos e emolumentos: revogadas as disposições em contrario.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça

executar. Palacio do Rio de Janeiro aos dezanove de Setembro de mil oitocentos sessenta e seis, quadregesimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 21 de Setembro de 1866.—*André Augusto de Padua Fleury.*
— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda em 22 de Setembro de 1866. — *José Severiano da Rocha.*

LEI N. 1335—DE 19 DE SETEMBRO DE 1866.

Adia para a 1.^a Dominga do mez de FEVEREIRO do anno proximo futuro a reunião das Assembléas Parochiaes, e reduz a trinta os sessenta dias da suspensão do recrutamento antes da eleição primaria.

Dom Pedro II, por Graça de Deus, e unanime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor perpetuo do Brasil, Fazemos saber a todos os Nossos subditos que a Assembléa Geral Decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte:

Art. 1.^o As Assembléas Parochiaes, que, na fórma da Lei n.^o 387 de 19 de Agosto de 1846, tem de reunir-se na primeira Dominga de Novembro deste anno, a fim de procederem á eleição para Deputados Geraes da proxima futura Legislação, são adiadas para a primeira Dominga de FEVEREIRO do anno proximo futuro.

Art. 2.^o Ficão reduzidos, na referida eleição sómente, a trinta os sessenta dias determinados pelo art. 108 da lei em vigor, para suspensão do recrutamento antes da eleição primaria.

Art. 3.^o Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mandamos portanto a todas as Autoridades a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario de Estado dos Negocios do Imperio a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro em dezanove de Setembro de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR com Rubrica e Guarda.

José Joaquim Fernandes Torres.

Carta de Lei pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, adiando a reunião das Assembléas Paroquias para a primeira Dominga do mez de Fervencio do anno proximo futuro, e reduzindo a trinta os sessenta dias de suspensão do recrutamento antes da eleição primaria.

João Lustosa da Cunha Paranaguá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 21 de Setembro de 1866.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrada.

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 22 de Setembro de 1866.—*Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 1336—DE 19 DE SETEMBRO DE 1866.

Autoriza o Governo a conceder carta de naturalisação de cidadão brasileiro aos subditos portuguezes Joaquim José de Barros e Silva, e outros.

Hei por bem Sancionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a conceder carta de naturalisação de cidadão brasileiro aos subditos

portuguezes Joaquim José de Barros e Silva, residente na Província de Pernambuco; José Antonio de Souza Neves, e Estevão Joaquim Mendes Guerreiro, residentes nesta Côrte; Francisco José Rodrigues Lima, José Maria Branco, e Manoel Antonio Rodrigues Guião, residentes na Província do Rio de Janeiro; João da Motta Ribeiro Teixeira, e Antonio Seraphim de Souza Porto, residentes na Província de Minas Geraes; Felix de Abreu Pereira Coutinho, residente na Província de S. Paulo; Manoel de Freitas Bicca, residente na Província do Maranhão; Manoel José de Lima, residente na Província das Alagoas; Victorino Antonio de Carvalho; ao subdito Norte-Americano Major Lansford Warren Hastings, e finalmente á Franceza Paula Norbertina Frochet, residente na Província do Rio de Janeiro.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

José Joaquim Fernandes Torres, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em dezanove de Setembro de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

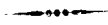
Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Joaquim Fernandes Torres.

João Lustoza da Cunha Paranaguá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 27 de Setembro de 1866.—*André Augusto de Padua Fleury.*
— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 6 de Outubro de 1866.—*Fausto Augusto de Aguiar.*



DECRETO N. 1337—DE 19 DE SETEMBRO DE 1866.

Autoriza o Governo a mandar pagar á filha menor de D. Maria Fraga Martins, viuva do 1.º Tenente Henrique Francisco Martins a metade da pensão de 720\$000 que foi concedida á mesma viuva.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a mandar pagar á filha menor de D. Maria Fraga Martins, viuva do 1.º Tenente Henrique Francisco Martins, morto em combate, a metade da pensão de 720\$000, que pelo Decreto de 18 de Fevereiro de 1863 foi concedida á mesma viuva, repartidamente com seus filhos, dos quaes só existe a dita menor Maria, tendo os outros fallecido depois de concedida a referida pensão.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

José Joaquim Fernandes Torres, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezanove de Setembro de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Joaquim Fernandes Torres.

João Lustosa da Cunha Paranaguá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 27 de Setembro de 1866.—*André Augusto de Padua Fleury.*
— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 6 de Outubro de 1866.—*Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 1338 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1866.

Approva a pensão de 144000 annuaes concedida ao Imperial Marinheiro reformado Manoel Ferreira do Nascimento Barata.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica approvada a pensão de cento quarenta e quatro mil réis annuaes concedida por Decreto de 6 de Julho do corrente anno ao Imperial Marinheiro reformado, Manoel Ferreira do Nascimento Barata, que perdeu um braço no combate naval do Riachuelo.

Art. 2.º Esta pensão será paga desde a data do Decreto.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

José Joaquim Fernandes Torres, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezanove de Setembro de mil oitocentos sessenta e seis, quadragesimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Joaquim Fernandes Torres.

João Lustoza da Cunha Paranaíba.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 27 de Setembro de 1866.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 16 de Outubro de 1866.—*Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 1339 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1866.

Approva a pensão de 18\$000 mensaes concedida a D. Bernardina Amalia da Silva Doria.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica approvada a pensão de dezoito mil réis mensaes concedida pelo Decreto de 6 de Julho do corrente anno a D. Bernardina Amalia da Silva Doria, viuva do 2.º Tenente reformado do Exercito, Epiphanio Borges de Menezes Doria, morto em campanha, sem prejuizo do meio soldo que por lei competir a agraciada.

Art. 2.º Esta pensão será paga desde a data da respectiva concessão.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

José Joaquim Fernandes Torres, d o Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezanove de Setembro de mil oitocentos sessenta e seis, quadragesimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Joaquim Fernandes Torres.

João Lustosa da Cunha Paranaguá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 27 de Setembro de 1866.—*André Augusto de Padua Fleury.*
— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 16 de Outubro de 1866.—*Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 1360 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1866.

Approva a pensão de 720\$000 annuaes, concedida a D. Anna Joaquina de Medeiros Albuquerque.

Hei por bem Sancionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica approvada a pensão annual de setecentos e vinte mil réis, concedida por Decreto de 27 de Junho de 1866 a D. Anna Joaquina de Medeiros e Albuquerque, viuva do Capitão da Guarda Nacional José Florindo Torres de Albuquerque, morto em consequencia de molestias adquiridas em campanha.

Art. 2.º Esta pensão será paga desde a data da respectiva concessão.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

José Joaquim Fernandes Torres, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezanove de Setembro de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Joaquim Fernandes Torres.

João Lustosa da Cunha Paranaguá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 27 de Setembro de 1866.—*André Augusto de Padua Fleury.*
— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 16 de Outubro de 1866.—*Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 1361—DE 19 DE SETEMBRO DE 1866.

Approva a pensão de 400 réis diários concedida ao Soldado do 11.º corpo de Voluntarios da Patria João Emiliano Pereira.

Hei por bem Sancceionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica approvada a pensão de quatrocentos réis diários, concedida pelo Decreto de 27 de Julho do corrente anno ao Soldado do 11.º corpo de Voluntarios da Patria João Emiliano Pereira, invalidado em campanha.

Art. 2.º Esta pensão será paga desde a data da concessão.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

José Joaquim Fernandes Torres, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em dezanove de Setembro de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

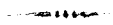
Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Joaquim Fernandes Torres.

João Lustosa da Cunha Paranaguá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 27 de Setembro de 1866.—*André Augusto de Padua Fleury.*
— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 16 de Outubro de 1866.—*Fausto Augusto de Aguiar.*



DECRETO N. 1362—DE 19 DE SETEMBRO DE 1866.

Approva a pensão de 600\$000 annuaes, concedida a D.
Paulina Soares de Souza.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 4.º Fica approvada a pensão de seiscentos mil réis annuaes, concedida pelo Decreto de 21 de Agosto do corrente anno, a D. Paulina Soares de Souza, filha legitima do fallecido Conselheiro do Estado Visconde do Uruguay, em attenção aos relevantes serviços por este prestados ao Estado.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

José Joaquim Fernandes Torres, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezanove de Setembro de mil oitocentos sessenta e seis, quadragesimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Joaquim Fernandes Torres.

João Lustosa da Cunha Paranaguá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 27 de Setembro de 1866.—*André Augusto de Padua Fleury.*
—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 16 de Outubro de 1866.—*Fausto Augusto de Aguiar.*



DECRETO N. 1363 -- DE 19 DE SETEMBRO DE 1866.

Approva a pensão de 1:400\$000 annuaes, concedida á
Viscondessa do Uruguay,

Hei por bem Sanceionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica approvada a pensão de um conto e quatrocentos mil réis annuaes, concedida pelo Decreto de 24 de Agosto do corrente anno á Viscondessa do Uruguay, em attenção aos relevantes serviços prestados ao Estado pelo fallecido Conselheiro de Estado Visconde do mesmo titulo.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

José Joaquim Fernandes Torres, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezanove de Setembro de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Joaquim Fernandes Torres.

João Lustosa da Cunha Paranaguá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 27 de Setembro de 1866.—*André Augusto de Padua Fleury.*
—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 16 de Outubro de 1866.—*Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 1361 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1866.

Approva as pensões concedidas ao Alferes reformado do Exército João Zeferino de Hollanda Cavalcanti, e outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral.

Art. 1.º Ficão approvadas as pensões concedidas pelos Decretos de vinte sete de Julho do corrente anno ao Alferes reformado do Exército João Zeferino de Hollanda Cavalcanti, pai do Alferes de Commisão José Demogenes de Hollanda Cavalcanti, morto em campanha, da quantia de trinta e seis mil réis mensaes; ao Cabo de Esquadra reformado do Exército Manoel Alves Luna, invalidado em combate, da quantia de quinhentos réis diários: a Antonio Por Deus da Costa Lima, pai do Alferes de Commisão Antonio Por Deus Junior, morto em campanha, da quantia de trinta e seis mil réis mensaes; ao Imperial Marinheiro de Terceira Classe João Januario da Cunha, invalidado em combate, da quantia de cento e quarenta e quatro mil réis annuaes; a D. Maria Rosa Teixeira Pinto, mãe do Segundo Tenente da Armada Julio Carlos Teixeira Pinto, morto em combate, da quantia de vinte e um mil réis mensaes; a D. Alcina Adelaide Gesteira Alpoim, e D. Francisca Rosa Alpoim, viuva e irmã do Escrivão de Terceira Classe, Augusto de Andrade Alpoim, morto em combate, da quantia de trinta e seis mil réis mensaes repartidamente; a D. Marianna Joanna Fiuza, D. Anna Rita Fiuza e D. Servula Victoria Fiuza, irmãs do Escrivão Extraordinario da Armada, Antonio Manoel Fiuza, morto em combate, da quantia de trinta e seis mil réis mensaes repartidamente.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas desde a data das respectivas concessões.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario. José Joaquim Fernandes Torres, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezannove de Setembro de mil oitocentos sessenta e seis. quadragésimo quinto da Independência e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Joaquim Fernandes Torres,
João Lustosa da Cunha Paranaguá,

Transitou na Chancellaria do Imperio em 27 de Setembro de 1866.—*André Augusto de Paula Fleury*.
— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 16 de Outubro de 1866.—*Eustáquio Augusto de Aguiar*.



DECRETO N. 1365 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1866.

Approva a pensão de 308000 mensaes concedida a D. Eugénia Mathilde de Oliveira.

Hei por bem Sancionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica approvada a pensão de trinta mil réis mensaes, concedida por Decreto de seis de Julho do corrente anno a D. Eugénia Mathilde de Oliveira, viuva do Capitão do 7.º batalhão de Infantaria Caetano Xavier de Oliveira, morto em combate, sem prejuizo do que por Lei competir á agraciada.

Art. 2.º Esta pensão será paga desde a data do respectivo Decreto.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

José Joaquim Fernandes Torres, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em dezanove de Setembro de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Joaquim Fernandes Torres.

João Lustosa da Cunha Paranaguá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 27 de Setembro de 1866.—*André Augusto de Paula Fleury*.
— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 16 de Outubro de 1866.—*Eustáquio Augusto de Aguiar*.



DECRETO N. 1366 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1866.

Approva a pensão de 120\$000 mensaes concedida a D.
Carolina Gonçalves Vargas.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica approvada a pensão de cento e vinte mil réis mensaes, concedida por Decreto de 6 de Julho do corrente anno, a D. Carolina Gonçalves Vargas, viuva do Coronel Commandante Superior da Guarda Nacional do Município de Jaguarão, da Provincia do Rio Grande do Sul, Manoel Pereira Vargas, morto em campanha.

Art. 2.º Esta pensão será paga desde a data do Decreto que a concedeu.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

José Joaquim Fernandes Torres, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezanove de Setembro de mil oitocentos sessenta e seis, quadragesimo quinto da Independencia e do Imperio.


Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Joaquim Fernandes Torres.

João Lustoza da Cunha Paranaquá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 27 de Setembro de 1866.—*André Augusto de Padua Fleury.*
- Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 16 de Outubro de 1866.—*Fausto Augusto de Aguiar.*



DECRETO N. 1367 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1866.

Considera válidos, para a matricula em qualquer dos cursos de Instrucção superior desta Côrte, os exames feitos pelo estudante Rodolfo Sergio Ferreira nas aulas preparatorias annexas á Faculdade de Direito do Recife.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral.

Artigo unico. Ficão considerados válidos, para a matricula em qualquer dos Cursos de Instrucção superior desta Côrte, os exames de Francez, Inglez, Geographia, Historia e Rhetorica, feitos pelo estudante Rodolfo Sergio Ferreira no collegio das Artes de Pernambuco; revogadas para esse fim as disposições em contrario.

José Joaquim Fernandes Torres, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezanove de Setembro de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Joaquim Fernandes Torres.

João Lustosa da Cunha Paranaguá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 27 de Setembro de 1866.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 29 de Setembro de 1866.—*Fausto Augusto de Aguiar.*



DECRETO N. 1368—DE 26 DE SETEMBRO DE 1866.

Autoriza o Governo a conceder carta de naturalisação de cidadãos brasileiros aos subditos portuguezes Padre João Baptista Teixeira Monteiro, e outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Artigo Unico. Fica o Governo autorizado a conceder carta de naturalisação de cidadão brasileiro aos subditos portuguezes Padre João Baptista Teixeira Monteiro, Antonio José Pinto de Moraes, João Coelho Soares da Silveira, Antonio José Pereira, Antonio Gomes de Paiva, João Chrisostomo da Cunha, José Ferreira da Silva, José Joaquim Gomes Pereira, Manoel Ferreira Pacheco, residentes na Província de S. Paulo; José Luiz de Souza, residente na Província do Rio de Janeiro; João Francisco da Silveira Pinto, Rodrigo Carlos da Camara, Bento José Leite, Joaquim Franco, Egydio Guichart, residentes nesta Côrte; Antonio Verissimo Sarmiento, residente na Província da Bahia; João José Ennes Bandeira, residente na Província da Parahyba; Alexandre Mendes de Brito, José de Almeida Pacheco, residentes na Província de Minas Geraes; Manoel Soares Corrêa, João Maria Rolão, residentes na Província do Rio Grande do Sul; Antonio José de Almeida Costa, residente na Província das Alagoas; aos subditos italianos, Americo Caetano Aquilio, residente na Província de S. Paulo; Padre José Baptista Julião, residente na Província de Minas Geraes; Gaspar Gastardo, residente na Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul; Caetano Urbano, residente na Sardenha; aos subditos francezes Pedro Laragnoit, Luiz Krenchily, residente na Província de S. Paulo; ao subdito hanoveriano Carlos Pedro Tappe; ao subdito allemão Carlos Krauss; ao subdito inglez Charles James Storry, residente na Província do Maranhão; e finalmente Carlos Schroeder, revogadas as disposições em contrario.

José Joaquim Fernandes Torres, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, vinte seis de Setembro de mil oitocentos

sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independência e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Joaquim Fernandes Torres.
João Lustoza da Cunha Paranaguá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 29 de Setembro de 1866.—*André Augusto de Padua Fleury.*
—Registrado.

Publicado na Secretaria dos Negocios do Imperio em 6 de Outubro de 1866.—*Fausto Augusto de Aguiar.*



DECRETO N. 1369 — DE 26 DE SETEMBRO DE 1866.

Autoriza o Governo para conceder aposentadoria a Guilherme Thompson Viegas Tourinho Rangel, Inspector dos alumnos no Externato do Imperial Collegio de Pedro II.

Hei por bem Sancionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a conceder a Guilherme Thompson Viegas Tourinho Rangel, Inspector dos alumnos no Externato do Imperial Collegio de Pedro II, sua aposentadoria com o ordenado correspondente ao emprego que exerce.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

José Joaquim Fernandes Torres, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e seis de Setembro de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independência e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Joaquim Fernandes Torres.
João Lustoza da Cunha Paranaguá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 29 de Setembro de 1866.—*André Augusto de Padua Fleury*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 8 de Outubro de 1866.—*Fausto Augusto de Aguiar*.

DECRETO N. 1370—DE 26 DE SETEMBRO DE 1866.

Approva a pensão de 18\$000 mensaes concedida a D. Maria Quiteria, Ferreira Guerra.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica approvada a pensão de dezoito mil réis mensaes concedida pelo Decreto de 6 de Julho do corrente anno a D. Maria Quiteria Ferreira Guerra, viuva do Alferes de Infantaria Alexandre de Brito Guerra, morto em campanha, sem prejuizo do meio soldo que por lei competir á agraciada.

Art. 2.º Esta pensão será paga desde a data do Decreto que a concedeu.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

José Joaquim Fernandes Torres, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte seis de Setembro de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Joaquim Fernandes Torres.

João Lustosa da Cunha Paranaguá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 29 de Setembro de 1866.—*André Augusto de Padua Fleury*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 11 de Outubro de 1866.—*Fausto Augusto de Aguiar*.

DECRETO N. 1371—DE 26 DE SETEMBRO DE 1866.

Approva a pensão concedida ao Capitão de Voluntarios da Patria Fernando Schneider.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica approvada a pensão de sessenta mil réis mensaes concedida por Decreto de 31 de Agosto do corrente anno ao Capitão de Voluntarios da Patria Fernando Schneider, mutilado em combate.

Art. 2.º Esta pensão será paga desde a data do referido Decreto.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

José Joaquim Fernandes Torres, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte seis de Setembro de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Joaquim Fernandes Torres.

João Lustosa da Cunha Paranaguá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 29 de Setembro de 1866.—*André Augusto de Padua Fleury.*
—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 11 de Outubro de 1866.—*Pausto Augusto de Aguiar.*



DECRETO N. 1372 — DE 26 DE SETEMBRO DE 1866.

Approva a pensão concedida ao Soldado do 12.º batalhão de infantaria do Exército Maximiano Rodrigues Nery.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica approvada a pensão concedida por Decreto de 28 de Junho de 1865, da quantia de quatrocentos réis diários ao Soldado do 12.º batalhão de infantaria do Exército Maximiano Rodrigues Nery, que ficou impossibilitado de procurar os meios de subsistencia por haver sido ferido no ataque de Paysandú.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

José Joaquim Fernandes Torres, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar Palácio do Rio de Janeiro em vinte seis de Setembro de mil oitocentos sessenta e seis, quadregésimo quinto da Independencia e do Imperio.


Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Joaquim Fernandes Torres.

João Lustosa da Cunha Paranaguá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 29 de Setembro de 1866.—*André Augusto de Padua Fleury.*
—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Imperio em 11 de Outubro de 1866.—*Fausto Aguiar.*



DECRETO N. 4373 — DE 26 DE SETEMBRO DE 1866.

Approva a pensão concedida a D. Anna Mathilde das Chagas Oliveira, viuva do Conselheiro de Estado Candido Baptista de Oliveira.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica approvada a pensão de um conto e duzentos mil reis annuaes, concedida por Decreto de 24 de Agosto do corrente anno a D. Anna Mathilde das Chagas Oliveira, viuva do Conselheiro de Estado Candido Baptista de Oliveira.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

José Joaquim Fernandes Torres, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte seis de Setembro de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Joaquim Fernandes Torres.

João Lustosa da Cunha Paranaguá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 29 de Setembro de 1866.—*André Augusto de Padua Fleury.*
— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 11 de Outubro de 1866.—*Fausto Augusto de Aguiar.*



DECRETO N. 4374 — DE 26 DE SETEMBRO DE 1866.

Approva as pensões concedidas a D. Maria Amalia
Ferreira, e outras.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute
a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art 1.º Ficão approvadas as pensões concedidas
pelos Decretos de 20 de Julho do corrente anno a
D. Maria Amalia Ferreira, viuva do Tenente Coronel
da Guarda Nacional José Simplicio Ferreira, morto
em combate, da quantia de noventa e seis mil réis
mensaes; á D. Carolina Francelina de Andrade,
viuva do Tenente José Raymundo de Andrade, morto
em campanha, da quantia de vinte e um mil réis
mensaes; á D. Anna Preciosa de Magalhães Alber-
naz, irmã do mestre da fabrica da polvora da Es-
trella, João Antonio de Magalhães Albernaz, morto
em consequencia de uma explosão da dita fabrica
em 4 de Fevereiro de 1856, da quantia de um mil réis
diarios; á D. Francisca Roza de Jesus Nunes de
Mello, mãe do Alferes Antonio Nunes Cardoso, morto
em campanha, da quantia de trinta e seis mil réis
mensaes; á D. Candida Olympia Galvão, viuva do Te-
nente Coronel José da Rocha Galvão, morto em com-
bate, da quantia de noventa e seis mil réis mensaes,
com sobrevivencia de metade desta pensão para
suas duas filhas D. Candida Guilhermina Galvão, e D.
Hermínia Candida Galvão; á D. Maria de Nazareth
da Silva Monteiro, viuva do Capitão Salustiano An-
tonio Monteiro, morto em campanha, da quantia de
sessenta mil réis mensaes; pelo Decreto de 25 de
Maio do corrente anno a D. Anna Gertrudes Tava-
res Rodrigues, mãe do Alferes Procopio Antonio
Rodrigues, morto em campanha, da quantia de trinta
e seis mil réis mensaes, sem prejuizo do meio soldo
que por lei lhe competir, com sobrevivencia da
mesma pensão em suas quatro filhas solteiras, Barbara
Joaquina Rodrigues, Anna Escolastica Rodrigues, Ho-
noríia Izabel Rodrigues, e Joaquina Roza Rodrigues.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas desde as datas
dos Decretos que as concedêrão.

Art 3.º Ficão revogadas as disposições em con-
trario.

José Joaquim Fernandes Torres, do Meu Conselho,
Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Es-

tado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte seis de Setembro de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Joaquim Fernandes Torres.

João Lustosa da Cunha Paranaguá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 29 de Setembro de 1866.—*André Augusto de Padua Fleury.*
— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 11 de Outubro de 1866.—*Fausto Augusto de Aguiar.*



DECRETO N. 1375 -- DE 26 DE SETEMBRO DE 1866.

Approva as pensões concedidas a D. Umbelina Leopoldina de Mello e Albuquerque, e outras.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Ficão approvadas as pensões concedidas pelos Decretos de 17 de Agosto do corrente anno, a D. Umbelina Leopoldina de Mello e Albuquerque, viuva do Capitão Serafim Felix de Paiva, morto em campanha, da quantia de trinta e seis mil réis mensaes, sem prejuizo do meio soldo que por lei lhe compete; a D. Maria José Rabello, mãe do Capitão Frederico Augusto da Silva, morto em campanha, da quantia de sessenta mil réis mensaes; e ao Soldado Sabino José dos Anjos, invalidado em combate, da quantia de quatrocentos réis diarios.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas desde a data das respectivas concessões.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

José Joaquim Fernandes Torres, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte seis de Setembro de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Joaquim Fernandes Torres.
João Lustosa da Cunha Paranaguá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 29 de Setembro de 1866.—*André Augusto de Padua Fleury.*
— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 6 de Outubro de 1866.—*Fausto Augusto de Aguiar.*



DECRETO N. 1376 — DE 26 DE SETEMBRO DE 1866.

Approva as pensões concedidas a D. Maria Carlota de Andrade Neves, e a Maria e Julio, filhos legitimados do Capitão Julio Cesar Pereira de Carvalho.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral.

Art. 1.º Ficão approvadas as pensões concedidas pelos Decretos de 10 de Agosto do corrente anno a D. Maria Carlota de Andrade Neves, viuva do Alferes do 31.º corpo de Voluntarios da Patria Luiz Candido de Azambuja Neves, morto em campanha, da quantia de trinta e seis mil réis mensaes; e aos menores Maria e Julio, filhos legitimados do Capitão do 13.º batalhão de infantaria Julio Cesar Pereira de Carvalho, morto em combate, da quantia de sessenta mil réis mensaes, repartidamente.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas desde a data da concessão.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

José Joaquim Fernandes Torres, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte seis de Setembro de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Joaquim Fernandes Torres.

João Lustosa da Cunha Paranaguá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 29 de Setembro de 1866.—*André Augusto de Padua Fleury.*
— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 11 de Outubro de 1866.—*Fausto Augusto de Aguiar.*



DECRETO N. 1377—DE 26 DE SETEMBRO DE 1866.

Approva a pensão de 800\$000 annuaes, concedida a
Bernardino Gustavino.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica approvada a pensão de oitocentos mil réis annuaes, concedida por Decreto do 1.º de Junho do corrente anno, a Bernardino Gustavino, pratico do vapor *Amazonas*; e sem effeito e vigor o Decreto de 28 de Fevereiro do corrente anno, approved pela Resolução de 21 de Abril, sancionada pelo Decreto n.º 1269 de 4 de Maio, por ter sido, por equivoco, declarado no dito Decreto ser concedida aquella pensão a Bernardino Palavicino.

Art. 2.º Esta pensão será paga desde a data da respectiva concessão.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

José Joaquim Fernandes Torres, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte seís de Setembro de mil oitocentos sessenta e seis, quadragesimo quinto da Independência e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Joaquim Fernandes Torres.

João Lustosa da Cunha Paranaguá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 29 de Setembro de 1866.—*André Augusto de Padua Fleury.*
—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 11 de Outubro de 1866.—*Fausto Augusto de Aguiar.*



DECRETO N 1378 — DE 26 DE SETEMBRO DE 1866.

Approva as pensões de 128000 mensaes concedidas aos Imperiaes Marinheiros Manoel Garcia e Manoel Athanazio de Souza.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Ficão approvadas as pensões de doze mil reis mensaes concedidas pelos Decretos de 6 de Julho do corrente anno aos Imperiaes Marinheiros Manoel Garcia e Manoel Athanazio de Souza, os quaes ficarão aleijados por occasião de uma salva dada pela canhoneira *Araguahy* no dia 11 de Março de 1863.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas desde a data dos Decretos que as concedêrão.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

José Joaquim Fernandes Torres, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte seis de Setembro de mil oitocentos sessenta e seis, quadragesimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Joaquim Fernandes Torres.

João Lustosa da Cunha Paranaguá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 29 de Setembro de 1866.—*André Augusto de Padua Fleury.*
—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 11 de Outubro de 1866. — *Fausto Augusto de Aguiar.*



DECRETO N. 4379— DE 26 DE SETEMBRO DE 1866.

Approva a pensão de 36\$000 mensaes concedida a João Cesimbra Jacques, Honorina Ambrosina Cesimbra Jacques e Salustiano Cesimbra Jacques.

Hei por bem Sancionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica approvada a pensão de trinta e seis mil réis mensaes, concedida pelo Decreto de 20 de Julho do corrente anno, repartidamente, a João Cesimbra Jacques, Honorina Ambrosina Cesimbra Jacques, e Salustiano Cesimbra Jacques, filhos menores do Alferes Ignacio de Souza Jacques, morto em e mpanha.

Art. 2.º Esta pensão será paga desde a data da concessão.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

José Joaquim Fernandes Torres, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em vinte e seis de Setembro de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Joaquim Fernandes Torres.

João Inazio da Cunha Paranaguá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 29 de Setembro de 1866.—*André Augusto de Padua Fleury.*
—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 11 de Outubro de 1866.—*Fausto Augusto de Aguiar.*



DECRETO N. 1380 — DE 26 DE SETEMBRO DE 1866.

Approva a pensão concedida a D. Maria Carlota de Jesus
Fonseca.

Hei por bem Sancionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica approvada a pensão de quarenta e dous mil réis mensaes concedida por Decreto de 17 de Agosto do corrente anno a D. Maria Carlota de Jesus Fonseca, mãe do Tenente do 6.º Corpo de Voluntarios da Patria Wislände Gonçalves da Fonseca, morto em combate.

Art. 2.º Esta pensão será paga desde a data da referida concessão.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

José Joaquim Fernandes Torres, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio; assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte seis de Setembro de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Joaquim Fernandes Torres.

João Lustosa da Cunha Paranaguá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 29 de Setembro de 1866. — *André Augusto de Padua Fleury.*
— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 11 de Outubro de 1866. — *Fausto Augusto de Aguiar.*

